



PC PI

E-BOOK ESTRATÉGICO

2018 - Agente - Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Policial!

É com imensa satisfação que apresentamos a prova comentada de Agente da Polícia Civil do Piauí de 2018. Nossos melhores professores cuidadosamente comentaram as questões, explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS BÁSICOS	4
LÍNGUA PORTUGUESA	4
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	14
NOÇÕES DE LÓGICA	24
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	42
NOÇÕES DE DIREITO	42
NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	76
LEGISLAÇÃO ESTADUAL	82



CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

TEXTO I (Para as questões de 01 a 06).

Um povo que acolhe e rejeita

O clichê patriótico de que o Brasil é aberto e cordial não sobrevive a dez minutos de conversa com um desses imigrantes que aportaram no país nos últimos cinco anos. Quando a acolhida calorosa aos estrangeiros - que também existe, é claro - e a repulsa são postas em uma balança imaginária, o sentimento negativo é o que mais pesa no Brasil de hoje. Xenofobia é o medo, a antipatia ou a desconfiança em relação a pessoas que vêm de fora do país. A xenofobia à brasileira, no entanto, tem peculiaridades únicas. Ao contrário do que ocorre em outras nações, não há, por aqui, pichações nos muros pedindo a saída dos imigrantes. Tampouco existem partidos políticos que incluam isso em seus programas de governo. Ataques violentos contra estrangeiros são raros e, quando ocorrem, (...) quase nunca são premeditados. (...). Manifestações xenófobas são esporádicas, fugazes e desorganizadas. Estão em pequenos gestos cotidianos que só os estrangeiros percebem. Tudo isso decorre de uma vantagem da miscigenação brasileira: a pouca importância que a questão étnica tem na sociedade. (...).

Talvez por isso a hospitalidade brasileira seja claramente seletiva. A rejeição a estrangeiros é maior em relação a pessoas de países pobres ou em desenvolvimento. Se esses imigrantes ou refugiados têm boa qualificação profissional e competem por vagas informais ou de salários baixos, a aversão é mais forte. (...) Por outro lado, quando os estrangeiros chegam de países desenvolvidos para ocupar vagas com bons salários, ganham a alcunha de "expatriados" e são recebidos com admiração. (...).

A recepção de estrangeiros com dois pesos e duas medidas não é novidade na história brasileira. Ela apenas foi exacerbada pelas novas ondas migratórias, que começaram a ganhar volume em 2010, depois do terremoto que destruiu o Haiti. (...).

Com reportagem de Luisa Bustamante e Luiza Queiroz Publicado em VEJA de 21 de fevereiro de 2018, edição nº 2570

Site: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/um-povo-queacolhe-e-rejeita/>

1. Sobre o tema discutido no texto, é CORRETO afirmar que o posicionamento do autor é de que

- A) O tratamento conferido a estrangeiros pelos brasileiros, tende a levar em conta a condição socioeconômica e de origem dos imigrantes, e os que são oriundos de sociedades mais desenvolvidas são recepcionados de forma amistosa.
- B) Os refugiados estrangeiros trazem consigo uma riqueza de cultura, por isso devem ser acolhidos com respeito, o que não ocorre com os migrantes de origem latina, em geral.
- C) Os brasileiros são um povo hospitaleiro, por natureza, por isso não fazem distinção de cor, raça, desenvolvimento socioeconômico de origem do imigrante.
- D) Tem uma forma particular de bem receber o imigrante que é favorecido por uma qualificação profissional, mesmo

que advenha de países pobres.

- E) A maneira hostil como o brasileiro, em geral, recepciona os estrangeiros é registrada tão somente na história recente da cultura brasileira.

COMENTÁRIO:

Típica questão de interpretação textual.

Analisemos cada alternativa:

a) Certo. A alternativa corretamente identifica o ponto central do texto: a hospitalidade brasileira não é homogênea, sendo seletiva de acordo com a origem e a condição socioeconômica dos imigrantes. O terceiro parágrafo do texto sustenta essa afirmação, destacando que a rejeição é maior para estrangeiros vindos de países pobres ou em desenvolvimento, enquanto os de países desenvolvidos são tratados com admiração e considerados "expatriados".

b) Errado. A alternativa sugere que a valorização cultural dos refugiados deveria resultar em um acolhimento respeitoso, mas o texto não faz essa defesa. Além disso, menciona uma suposta discriminação específica contra imigrantes de origem latina, o que não é abordado no texto. O trecho citado no parágrafo três foca na distinção baseada na condição econômica, não na cultura ou etnia dos imigrantes.

c) Errado. O texto contraria diretamente essa afirmação. Embora o Brasil seja conhecido pela diversidade e miscigenação, o autor destaca que há uma clara seletividade no tratamento dado aos imigrantes, especialmente considerando seu nível socioeconômico. A hospitalidade brasileira não é incondicional, sendo influenciada por fatores como origem e inserção no mercado de trabalho.

d) Errado. Embora o texto mencione que imigrantes qualificados podem ser melhor recebidos, a alternativa não abrange totalmente a ideia central, pois ignora que a rejeição ainda é forte para aqueles que concorrem a empregos informais e de salários baixos, mesmo que sejam qualificados. O trecho do terceiro parágrafo esclarece que essa recepção não depende apenas da qualificação, mas também do país de origem e da percepção social sobre o imigrante.

e) Errado. O texto enfatiza que essa forma de recepção seletiva a imigrantes não é uma novidade recente na cultura brasileira, mas sim um fenômeno que foi intensificado pelas novas ondas migratórias a partir de 2010, como mencionado no último parágrafo. Assim, a alternativa está incorreta ao afirmar que essa prática se restringe à história recente.

Gabarito: A

2. O único trecho no qual NÃO se verifica uma avaliação e posicionamento do autor sobre o tema em debate é:

- A) Quando a acolhida calorosa aos estrangeiros (...) e a repulsa são postas em uma balança imaginária, o sentimento negativo é o que mais pesa no Brasil de hoje.
- B) A xenofobia à brasileira, no entanto, tem peculiaridades únicas.
- C) Xenofobia é o medo, a antipatia ou a desconfiança em relação a pessoas que vêm de fora do país.
- D) Talvez por isso a hospitalidade brasileira seja claramente seletiva.
- E) A recepção de estrangeiros com dois pesos e duas medidas não é novidade na história brasileira.

COMENTÁRIO:

Mais uma questão de interpretação textual.

Analisemos cada alternativa:

- a) **Errado.** O trecho apresenta um juízo de valor do autor, pois ele avalia que, ao comparar a recepção e a rejeição de estrangeiros no Brasil, o sentimento negativo pesa mais. Essa afirmação demonstra uma análise subjetiva e um posicionamento sobre o tema, o que a torna uma avaliação do autor.
- b) **Errado.** A frase "A xenofobia à brasileira, no entanto, tem peculiaridades únicas" indica um julgamento do autor sobre a forma como a xenofobia se manifesta no Brasil. Ao afirmar que há peculiaridades, o autor sugere que há características específicas no modo como a xenofobia ocorre no país, o que constitui uma avaliação.
- c) **Certo.** Essa é a alternativa correta. O trecho apenas define o conceito de xenofobia, sem emitir um juízo de valor ou opinião sobre sua ocorrência no Brasil. Trata-se de uma explicação objetiva e neutra sobre o termo, sem envolvimento da visão do autor.
- d) **Errado.** A frase "Talvez por isso a hospitalidade brasileira seja claramente seletiva" expressa um posicionamento do autor ao sugerir que a hospitalidade no Brasil não é universal, mas sim seletiva, dependendo de certos fatores. O uso de "claramente" reforça que o autor está emitindo uma opinião.
- e) **Errado.** O trecho expressa um julgamento sobre a recorrência da seletividade na recepção de estrangeiros no Brasil ao longo da história. A afirmação de que esse fenômeno "não é novidade" demonstra um posicionamento do autor.

Gabarito: C

3. O termo/palavra/expressão, entre parênteses, que substituiria a expressão marcada sem alteração do sentido para o texto, é:

- A) a) Talvez por isso a hospitalidade brasileira seja **claramente seletiva**..... (perfeitamente organizada).
- B) b) A xenofobia à brasileira, no entanto, tem **peculiaridades** únicas. (**observações**).
- C) c) O **clichê patriótico** de que o Brasil é aberto e cordial não sobrevive a dez minutos de conversa com um desses imigrantes que aportaram no país nos últimos cinco anos. (**núcleo nacionalista**).
- D) d) Quando a acolhida calorosa aos estrangeiros - que também existe, é claro - e a **repulsa** são postas em uma balança imaginária,. (**indignação**).
- E) e) Manifestações xenófobas são **esporádicas, fugazes** e desorganizadas. (**casuais, efêmeras**).

COMENTÁRIO:

Nossa questão trata de substituição textual.

Analisemos cada alternativa:

- a) **Errado.** O termo "**claramente seletiva**" não pode ser substituído por "**perfeitamente organizada**", pois os significados

são diferentes. "Seletiva" indica que a hospitalidade brasileira não é igual para todos, mas sim condicionada a certos fatores (como origem e classe social). Já "perfeitamente organizada" sugere um planejamento estruturado, o que não faz sentido no contexto do texto.

b) Errado. A palavra "**peculiaridades**" indica características únicas ou específicas da xenofobia no Brasil. No contexto, é mais apropriado interpretar como "**características**" do que como "**observações**", pois o autor está destacando aspectos singulares desse fenômeno no país.

c) Errado. O termo "**clichê patriótico**" refere-se a uma ideia repetitiva e estereotipada sobre o Brasil ser um país acolhedor. "Núcleo nacionalista" não é um sinônimo adequado nesse contexto, pois o trecho não trata da estrutura central de um pensamento nacionalista, mas sim de um senso comum disseminado.

d) Errado. A palavra "**repulsa**" significa rejeição ou aversão, enquanto "**indignação**" refere-se a um sentimento de revolta. No trecho, o autor fala sobre o peso maior da rejeição aos imigrantes, não expressando indignação, mas sim uma constatação.

e) Certo. Os termos "**esporádicas**", "**fugazes**" e "**efêmeras**" compartilham o significado de algo passageiro e ocasional. Nesse caso, a alternativa está correta, pois essas palavras podem ser consideradas sinônimos dentro do contexto.

Gabarito: E

4. Subentende-se uma relação de comparação marcada por recurso gramatical, em:

- A) A xenofobia à brasileira, no entanto, tem peculiaridades únicas.
- B) A rejeição a estrangeiros é maior em relação a pessoas de países pobres ou em desenvolvimento.
- C) Ataques violentos contra estrangeiros são raros e, quando ocorrem, (...) quase nunca são premeditados. (.).
- D) Manifestações xenófobas são esporádicas, fugazes e desorganizadas.
- E) A recepção de estrangeiros com dois pesos e duas medidas não é novidade na história brasileira.

COMENTÁRIO:

Mais uma questão de interpretação textual.

Analisemos cada alternativa:

a) Errado. O termo "**no entanto**" indica uma relação de **adversidade**, ou seja, uma contraposição entre duas ideias. Não há uma estrutura comparativa na frase.

b) Certo. O trecho apresenta uma relação de comparação. A construção "**A rejeição a estrangeiros é maior em relação a pessoas de países pobres ou em desenvolvimento**" sugere que há um contraste implícito entre diferentes grupos de estrangeiros. O uso de "**maior**" estabelece um grau comparativo, indicando que a rejeição é mais acentuada para imigrantes de países pobres do que para os de países desenvolvidos.

c) Errado. A conjunção "**quando**" estabelece uma relação de **temporalidade**, indicando circunstâncias em que os ataques ocorrem, e não uma comparação entre dois elementos.

d) Errado. A conjunção "**e**" indica **adição**, ligando termos com características semelhantes, mas sem sugerir uma

relação comparativa.

e) Errado. Embora a expressão "**dois pesos, duas medidas**" sugira uma desigualdade no tratamento de estrangeiros, a estrutura da frase não apresenta uma conjunção comparativa. A vírgula antes de "e" reforça apenas a coordenação aditiva.

Gabarito: B

Trecho para a questão **05**.

Xenofobia é o medo, a antipatia ou a desconfiança em relação a pessoas que vêm de fora do país. A xenofobia à brasileira, no entanto, tem peculiaridades únicas. Ao contrário do que ocorre em outras nações, não há, por aqui, pichações nos muros pedindo a saída dos imigrantes. Tampouco existem partidos políticos que incluam isso em seus programas de governo. Ataques violentos contra estrangeiros são raros e, quando ocorrem, (...) quase nunca são premeditados.

5. Sobre as estruturas linguísticas é CORRETO o que se afirma em relação ao destaque no trecho:

- A) A xenofobia à **brasileira**, no entanto, tem peculiaridades únicas. (Expressão inadequada para o contexto por tratar-se de linguagem de registro informal).
- B) não **há**, por aqui, pichações nos muros pedindo a saída dos imigrantes., (Inadequação gramatical, uma vez que a palavra marcada deveria figurar em sua forma de plural).
- C) Tampouco existem partidos políticos que incluam **isso** em seus programas de governo., (A palavra em destaque retoma, textualmente, a palavra **pichações**).
- D) A xenofobia à brasileira, **no entanto**, tem peculiaridades únicas., (A expressão marca oposição entre ideias, no texto).
- E) Ataques violentos **contra** estrangeiros são raros e, quando ocorrem, (...) quase nunca são premeditados. (Palavra inadequada observando-se a regência requerida por **Ataques violentos**, de forma que a sua correção seria mantida se, em vez de **contra**, fosse usada a palavra **de**).

COMENTÁRIO:

Questão que aborda vários aspectos gramaticais.

Analisemos cada alternativa:

- a) Errado.** A expressão "**A xenofobia à brasileira**" está corretamente empregada no contexto, pois caracteriza um tipo específico de xenofobia, diferenciando-a da forma como ocorre em outros países. Além disso, a linguagem do texto é formal, tornando essa alternativa incorreta ao sugerir inadequação linguística.
- b) Errado.** A oração "**não há, por aqui, pichações nos muros pedindo a saída dos imigrantes**" está **gramaticalmente**

correta. O verbo "haver", quando tem sentido de existência, é **impessoal**, permanecendo **sempre no singular**, independentemente do complemento nominal estar no plural. Portanto, a sugestão de que "haver" deveria estar no plural está errada.

c) Errado. O pronome demonstrativo "isso" **não retoma "pichações"**, mas sim a ideia expressa na oração anterior: **"pedindo a saída dos imigrantes"**. Se "isso" retomasse "pichações", a frase ficaria incoerente.

d) Certo. A conjunção **"no entanto"** tem função **adversativa**, indicando **oposição ou contraste** entre as ideias do texto. O trecho anterior apresenta a definição geral de xenofobia, enquanto a oração destacada contrapõe essa definição ao afirmar que a xenofobia no Brasil tem características próprias. Assim, **o contraste se dá entre a concepção universal do fenômeno e a maneira particular como ele se manifesta no Brasil.**

e) Errado. A expressão **"ataques violentos contra estrangeiros"** está corretamente construída. O substantivo **"ataque"** exige a preposição **"contra"**, pois quem ataca, ataca **contra alguém ou algo**. A sugestão de substituir "contra" por "de" tornaria a construção inadequada.

Gabarito: D

6. Marque a opção em que se estabelece uma relação de CONDIÇÃO entre a oração em destaque e a sua principal.

- A) *Quando a acolhida calorosa aos estrangeiros (...) e a repulsa são postas em uma balança imaginária, o sentimento negativo é o que mais pesa no Brasil de hoje.*
- B) *...quando os estrangeiros chegam de países desenvolvidos para ocupar vagas com bons salários, ganham a alcunha de "expatriados"...*
- C) *Tampouco existem partidos políticos que incluem isso em seus programas de governo.*
- D) *Se esses imigrantes ou refugiados têm boa qualificação profissional (...) a aversão é mais forte.*
- E) *Ela apenas foi exacerbada pelas novas ondas migratórias, que começaram a ganhar volume em 2010,...*

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos de relações entre orações.

Analisemos cada alternativa:

a) Errado. O trecho **"Quando a acolhida calorosa aos estrangeiros (...) e a repulsa são postas em uma balança imaginária, o sentimento negativo é o que mais pesa no Brasil de hoje."** apresenta a conjunção **"quando"**, que indica uma relação de **tempo**. Assim, trata-se de uma **oração subordinada adverbial temporal**, e não condicional.

b) Errado. O trecho **"...quando os estrangeiros chegam de países desenvolvidos para ocupar vagas com bons salários, ganham a alcunha de 'expatriados'..."** também apresenta a conjunção **"quando"**, que introduz uma relação de **tempo**, indicando **quando** algo acontece. Assim, a oração é **subordinada adverbial temporal**, e não condicional.

c) Errado. O trecho **"Tampouco existem partidos políticos que incluem isso em seus programas de governo."** apresenta a oração subordinada **"que incluem isso em seus programas de governo"**, que restringe o sentido de "partidos

políticos". Trata-se, portanto, de uma **oração subordinada adjetiva restritiva**, e não de uma relação condicional.

d) Certo. A conjunção "se" introduz uma condição para que a aversão aos imigrantes seja mais forte: "**Se esses imigrantes ou refugiados têm boa qualificação profissional (...) a aversão é mais forte.**" Isso indica que a rejeição aos imigrantes depende da qualificação profissional deles. Assim, trata-se de uma **oração subordinada adverbial condicional**, sendo esta a alternativa correta.

e) Errado. O trecho "**Ela apenas foi exacerbada pelas novas ondas migratórias, que começaram a ganhar volume em 2010,...**" contém a oração subordinada "**que começaram a ganhar volume em 2010**", que explica o termo anterior ("novas ondas migratórias"). Trata-se de uma **oração subordinada adjetiva explicativa**, e não condicional.

Gabarito: D

Texto II (Para as questões de **07 a 10**).

Como planejar uma vida próspera

Tempo não é a mesma coisa que dinheiro. São riquezas distintas, que, somadas e bem usadas, dão novo sentido ao conceito de prosperidade. É a utilidade que damos a nosso tempo e a nosso dinheiro que nos faz mais ricos. Tempo bem usado pode nos fazer ganhar mais dinheiro. Tempo mal aproveitado pode custar muito dinheiro, enquanto uma boa dedicação de tempo ao nosso corpo e à nossa mente pode gerar benefícios, sem necessariamente custar algo.

Para muitos dos que sentem falta de mais tempo ou de dinheiro, o que falta é organização pessoal para definir como querem gastar seu tempo e seu dinheiro, para conseguir mais realização pessoal.

(...)

Para ter mais tempo e mais dinheiro, é preciso sair de seus limites atuais e aceitar desconfortos temporários, típicos de momentos de adaptação. Usar melhor seu tempo é literalmente aproveitar a vida. Não como se fosse seu último dia, mas como se fosse o primeiro dia de hábitos mais equilibrados para viver.

Uma boa forma de usar o tempo é fazer planos para uma agenda mais disciplinada, visando ter mais tempo para atividades que interessam. Paralelamente, devemos planejar também um uso mais inteligente do dinheiro, para que sobrem recursos para o que interessa.

Com mais tempo e dinheiro à disposição, estão reunidos os ingredientes necessários para a prosperidade. Uma escolha racional é investir parte desse tempo e desse dinheiro em cursos de aperfeiçoamento profissional. Outra parte pode ser investida em qualidade de vida e em atividades apaixonantes, que tragam bem-estar.

Alguém apaixonado sempre atrai novas oportunidades, se destaca do grupo, é promovido primeiro, é celebrado quando volta de férias, é convidado para ser padrinho ou madrinha e para ser companhia em momentos prazerosos. Quanto melhor vivemos, mais motivos surgem para vivermos bem. A prosperidade é um ciclo que se retroalimenta. O importante é decidir fazer parte dele.

(<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/gustavo-cerbasi/noticia/2014/12/como-planejar-uma-bvida-prosperab.html> - GUSTAVO CERBASI. 29/12/2014 - 08h00 - Atualizado 26/10/2016 15h17).

7. "Tempo" e "dinheiro", tal como concebidos no texto, constituem

A) Uma busca constante e inatingível para a maioria das pessoas em virtude do desconhecimento das regras básicas

- envolvidas na forma como gastam o tempo disponível.
- B) Valores que, se bem administrados, são úteis para o bem-estar do homem e da sua prosperidade, mas isso só é aproveitado quando em idade mais avançada.
 - C) Finalidade maior para as atividades que agregam bem-estar à vida do homem, desde o seu nascimento.
 - D) Meios que podem concorrer para que seja viabilizada a felicidade, desde que sejam feitos os cálculos necessários à maneira de como gastá-los.
 - E) Riquezas importantes para o conforto do homem e, conseqüentemente, para que ele conquiste uma vida melhor, já que se configuram em prosperidade.

COMENTÁRIO:

Mais uma questão de interpretação textual.

Analisemos cada alternativa:

- a) **Errado.** O texto não apresenta **tempo e dinheiro** como uma busca **inatingível** para a maioria das pessoas. Pelo contrário, ele sugere que, **se bem administrados**, podem ser usados para melhorar a qualidade de vida e alcançar a prosperidade. Além disso, o autor não menciona o **desconhecimento das regras básicas** como um obstáculo principal, mas sim a falta de organização pessoal.
- b) **Errado.** O texto não sugere que **tempo e dinheiro** só são bem aproveitados na **idade mais avançada**. Pelo contrário, ele enfatiza a importância de planejamento e equilíbrio **em qualquer fase da vida**, permitindo melhor uso desses recursos desde cedo.
- c) **Errado.** O trecho inicial do texto define **tempo e dinheiro como riquezas distintas**, que podem ser **bem usadas** para alcançar a prosperidade. No entanto, ele **não** afirma que constituem a **finalidade maior** das atividades humanas. O objetivo do texto é mostrar como esses elementos podem contribuir para o bem-estar, mas não como um **fim absoluto**.
- d) **Errado.** O texto não coloca a **felicidade** como resultado direto de **cálculos financeiros** ou da maneira como se gasta tempo e dinheiro. Ele defende que uma administração equilibrada desses recursos **favorece** uma vida próspera, mas não estabelece uma relação mecânica entre "fazer cálculos" e "ser feliz".
- e) **Certo.** O trecho inicial do texto afirma que **tempo e dinheiro são riquezas distintas, mas que, quando bem utilizadas, proporcionam prosperidade**. A alternativa corretamente interpreta essa ideia ao afirmar que essas riquezas são **importantes para o conforto do homem e contribuem para uma vida melhor**. Assim, essa é a resposta correta.

Gabarito: E

Confira no texto, as palavras marcadas em I, II, III e IV, a seguir. Leia e analise cada um deles e responda à questão **08**.

- I **para** conseguir mais realização pessoal.
- II**para** que sobre recursos ...
- III. **Para** muitos dos que sentem falta de mais tempo ou de dinheiro,...
- IV. **Para** ter mais tempo e mais dinheiro,...

8. A palavra em destaque presta-se à mesma função sintático-semântica em:

- A) II, III e IV.
- B) I, II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I e IV, apenas
- E) III e IV, apenas.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda sintaxe e semântica.

Vejamos nossas alternativas:

I. Certo. A palavra "**para**" introduz uma ideia de **finalidade**, pois indica o objetivo da ação mencionada:

"... para conseguir mais realização pessoal."

A substituição por "**a fim de**" confirma a equivalência:

"... a fim de conseguir mais realização pessoal."

II. Certo. A estrutura "**para que**" também expressa **finalidade**, indicando o propósito da ação:

"... para que sobrem recursos ..."

A substituição por "**a fim de que**" mantém o sentido:

"... a fim de que sobrem recursos."

III. Errado. Aqui, a palavra "**para**" não indica finalidade, mas sim **destinação ou direcionamento**, funcionando como uma **preposição**:

"Para muitos dos que sentem falta de mais tempo ou de dinheiro,..."

A substituição por "**a fim de**" não se aplica corretamente, pois mudaria o sentido da oração.

IV. Certo. Assim como em I e II, "**para**" indica **finalidade**, pois expressa o objetivo da ação:

"Para ter mais tempo e mais dinheiro,..."

A substituição por "**a fim de**" confirma a relação de sentido:

"A fim de ter mais tempo e mais dinheiro,..."

Resposta correta: b) Apenas I, II e IV.

Gabarito: B

Responder à questão **09** considerando o excerto abaixo.

Alguém apaixonado sempre atrai novas oportunidades, se destaca do grupo, é promovido primeiro, é celebrado quando volta de férias, é convidado para ser padrinho ou madrinha e para ser companhia em momentos prazerosos. Quanto melhor vivemos, mais motivos surgem para vivermos bem. A prosperidade é um ciclo que se retroalimenta. O importante é decidir fazer parte dele.

9. Em: O importante é decidir fazer parte dele., a palavra *dele* retoma, textualmente,

- A) *ciclo.*
- B) *Alguém.*
- C) *padrinho.*
- D) *grupo.*
- E) *apaixonado.*

COMENTÁRIO:

Questão que cobra função sintática pronominal.

Julguemos as opções:

- a) Certo.** A palavra "**dele**" refere-se ao substantivo "**ciclo**", mencionado anteriormente na frase "**A prosperidade é um ciclo que se retroalimenta.**". O pronome "**dele**" indica pertencimento, retomando a ideia de que a prosperidade se mantém em um fluxo contínuo, reforçando que é importante fazer parte desse ciclo.
- b) Errado.** O termo "**alguém**" aparece no início do trecho, mas não faz sentido como referência para o pronome "**dele**". A construção "fazer parte dele" exige um substantivo que represente algo mais abstrato e coletivo, como "**ciclo**", e não um indivíduo.
- c) Errado.** A palavra "**padrinho**" é citada no texto em outro contexto, referindo-se às oportunidades e interações sociais que uma pessoa apaixonada pode ter. No entanto, "**fazer parte de um padrinho**" não tem coerência gramatical, descartando essa alternativa.
- d) Errado.** O termo "**grupo**" é mencionado anteriormente no trecho, mas a expressão "**fazer parte dele**" não se encaixa bem no contexto. O texto enfatiza a prosperidade como um processo contínuo, e não a ideia de pertencimento a um grupo específico.
- e) Errado.** A palavra "**apaixonado**" se refere a uma característica da pessoa, não a um conceito abstrato que possa ser "feito parte". A frase "**fazer parte do apaixonado**" não faz sentido dentro do contexto.

Gabarito: A

10. Todos os segmentos oracionais em destaque nas opções abaixo constituem complementos verbais. Entretanto, no que se refere à natureza da vinculação entre verbo e seu complemento, apenas um deles difere dos demais. Assinale-o.

- A) ... para definir como querem gastar **seu tempo e seu dinheiro**, ...
- B) ... é preciso sair de seus limites atuais e aceitar **desconfortos temporários**,...
- C) ...somadas e bem usadas, dão novo sentido **ao conceito de prosperidade**.
- D) Tempo bem usado pode nos fazer ganhar **mais dinheiro**.
- E) Alguém apaixonado sempre atrai **novas oportunidades**,...

COMENTÁRIO:

Questão que aborda verbos.

Vejamos cada alternativa:

- a) **Errado.** O termo "*seu tempo e seu dinheiro*" funciona como objeto direto do verbo "*gastar*", que é um verbo transitivo direto. Quem **gasta**, gasta **algo** (sem necessidade de preposição).
- b) **Errado.** O termo "*desconfortos temporários*" é objeto direto do verbo "*aceitar*", que também é transitivo direto. Quem **aceita**, aceita **algo** (sem preposição).
- c) **Certo.** O termo "*ao conceito de prosperidade*" é objeto **indireto** do verbo "*dar*", que é transitivo direto e indireto. O verbo "**dar**" exige dois complementos: um objeto direto ("*novo sentido*") e um objeto indireto ("*ao conceito de prosperidade*", introduzido pela preposição "a"). Essa estrutura diferencia essa alternativa das demais.
- d) **Errado.** O termo "*mais dinheiro*" funciona como objeto direto do verbo "*ganhar*", que é um verbo transitivo direto. Quem **ganha**, ganha **algo** (sem preposição).
- e) **Errado.** O termo "*novas oportunidades*" é objeto direto do verbo "*atrair*", que também é transitivo direto. Quem **atrai**, atrai **algo** (sem preposição).

Gabarito: C

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Marque a alternativa CORRETA em relação às afirmativas abaixo, que tratam dos componentes de um computador.

- I – Os dispositivos de entrada e saída permitem a comunicação do usuário com o computador. Os teclados e monitores são exemplos, respectivamente, de dispositivos de entrada e dispositivos de saída.
- II – O processador é o componente do computador utilizado para interpretar e executar uma operação definida por uma instrução de máquina.
- III – As portas USB (*Universal Serial Bus*) do computador são utilizadas para a conexão de HDs externos, pendrives,

mouses, teclados, impressoras e outros dispositivos periféricos compatíveis com o padrão USB.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Todas as afirmativas estão corretas.
- C) Somente a afirmativa III está correta.
- D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as afirmativas:

I – Os dispositivos de entrada e saída permitem a comunicação do usuário com o computador. Os teclados e monitores são exemplos, respectivamente, de dispositivos de entrada e dispositivos de saída.

Correta. Os dispositivos de entrada captam informações externas e as enviam para o computador. Já os dispositivos de saída retornam as informações processadas de maneira compreensível para o usuário. O dispositivo de entrada mais comum é o **teclado**, enquanto o de saída é o **monitor**.

II – O processador é o componente do computador utilizado para interpretar e executar uma operação definida por uma instrução de máquina.

Correta. As instruções de máquinas são códigos binários fornecidos pelos programas. Esses códigos são interpretados e executados pela unidade central de processamento (CPU), que é o cérebro do computador e dispõe dos seguintes componentes:

- Unidade Lógica e Aritmética (executa operações lógicas e aritméticas)
- Unidade de Controle (decodifica as instruções)
- Registradores (armazenam os dados)

III – As portas USB (Universal Serial Bus) do computador são utilizadas para a conexão de HDs externos, pendrives, mouses, teclados, impressoras e outros dispositivos periféricos compatíveis com o padrão USB.

Correta. A porta USB foi criada com o intuito de padronizar a conexão de periféricos. Devido a essa característica, ela se tornou comum para conectar uma ampla gama de dispositivos, como HDs externos, pendrives, mouses, teclados, impressoras e outros.

Portanto, todas as afirmativas estão **corretas**.

Gabarito: B

12. Marque a alternativa CORRETA em relação às afirmativas abaixo, que tratam do Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão de instalação.

I - A combinação de teclas Alt e Shift (Alt+Shift) possibilita alternar entre as janelas dos programas ou arquivos que estão abertos no momento.

II - Para desinstalar corretamente um software do computador, é recomendado excluir as suas pastas e arquivos diretamente no Windows Explorer.

POLÍCIA CIVIL

III - O item Sistema do Painel de Controle exibe um resumo de informações básicas sobre o computador, tais como informações do processador, memória RAM, nome do computador e edição do Windows.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Somente a afirmativa II está correta.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.
- E) Somente a afirmativa III está correta.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as afirmativas:

I - A combinação de teclas Alt e Shift (Alt+Shift) possibilita alternar entre as janelas dos programas ou arquivos que estão abertos no momento.

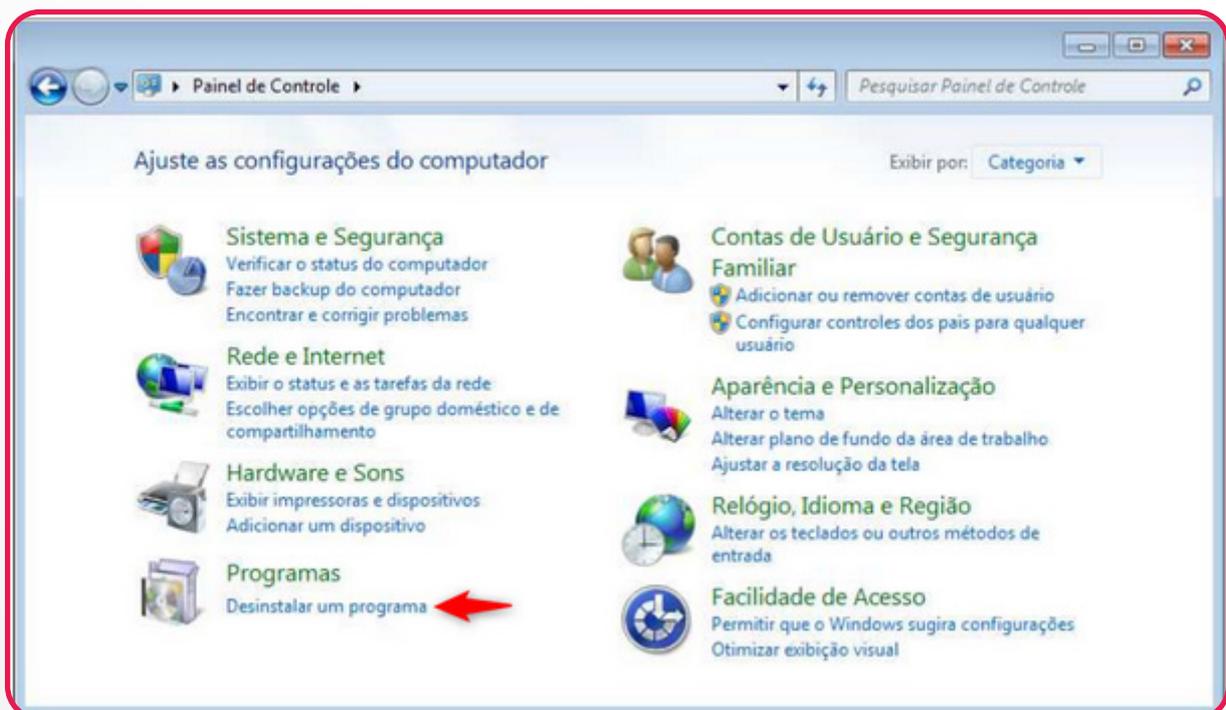
Incorreta. Na verdade, a combinação de teclas que permite alternar entre as janelas abertas de programas ou arquivos é **ALT + TAB**.

II - Para desinstalar corretamente um software do computador, é recomendado excluir as suas pastas e arquivos diretamente no Windows Explorer.

Incorreta. Excluir diretamente as pastas e arquivos no Windows Explorer pode deixar resíduos no sistema, como entradas no registro, arquivos temporários ou configurações que não são removidos adequadamente. Isso pode causar problemas no funcionamento do computador ao longo do tempo.

A maneira correta de desinstalar um software é através do **Painel de Controle**.

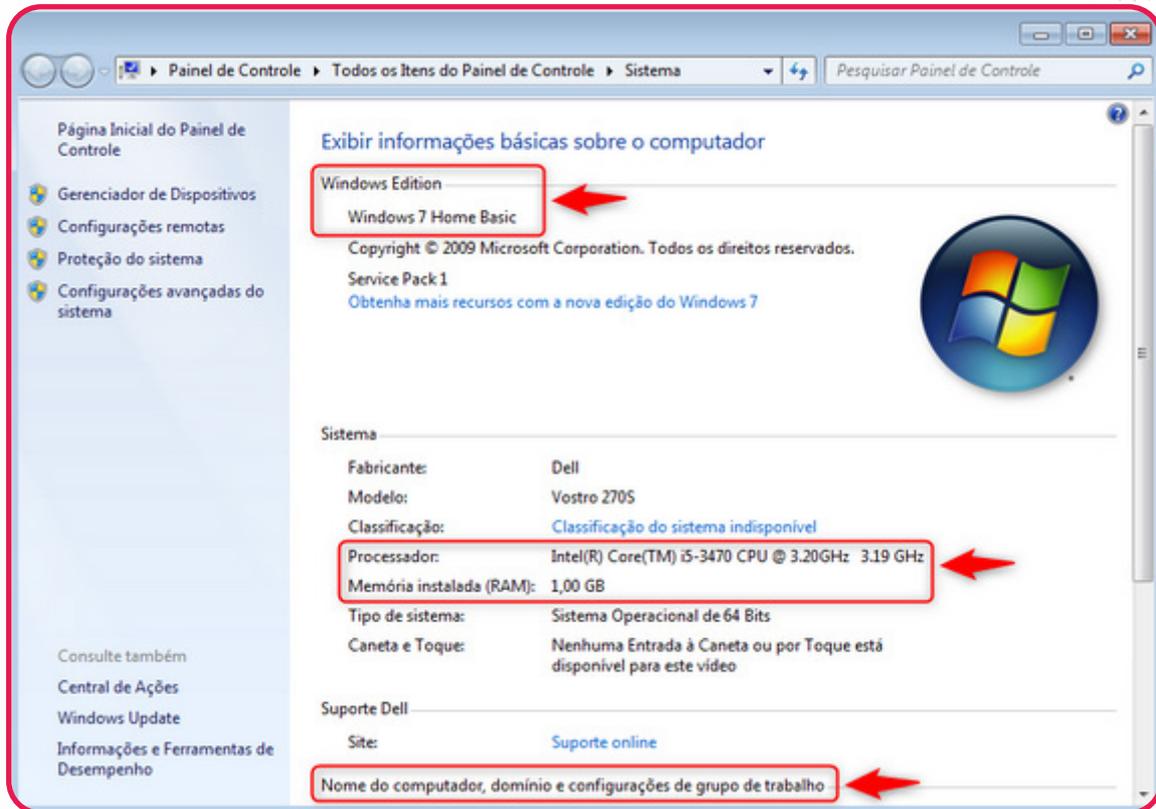
Observe a imagem abaixo:



POLÍCIA CIVIL

III - O item Sistema do Painel de Controle exibe um resumo de informações básicas sobre o computador, tais como informações do processador, memória RAM, nome do computador e edição do Windows.

Correta. De fato, essas informações são exibidas no item **Sistema** do Painel de Controle. Veja:



Portanto, somente a **afirmativa III** está **correta**.

Gabarito: E

13. Considerando o cabeçalho da mensagem de correio eletrônico a seguir, marque a única alternativa **CORRETA**.

Para: Pedro <pedro@email.com.br> Cc: Maria <maria@email.com.br>

Cco: Antônia <antonia@email.com.br>, José

<jose@email.com.br>

De: João <joao@email.com.br>

- A) O destinatário do e-mail pedro@email.com.br não poderá visualizar o e-mail do destinatário maria@email.com.br.
- B) Cada destinatário saberá para quem a mensagem foi enviada.
- C) Todos os destinatários informados no cabeçalho do e-mail pelo remetente receberão a mensagem.
- D) O destinatário do e-mail antonia@email.com.br poderá visualizar o e-mail do destinatário jose@email.com.br.
- E) O destinatário do e-mail pedro@email.com.br poderá visualizar o e-mail dos destinatários antonia@email.com.br e jose@email.com.br.

COMENTÁRIO:

Entender os campos no envio de um e-mail é importante. A questão aborda os campos:

Para: são os destinatários principais.

Cc (Com cópia): são os destinatários que receberão uma cópia da mensagem de e-mail.

Cco (Com cópia oculta): são os destinatários que receberão uma cópia oculta. Ou seja, os endereços de e-mail dos destinatários inseridos no campo “Cco” **não serão visíveis para aqueles que estão nos campos “Para” e “Cc”.**

De: é o remetente da mensagem.

Diante disso:

(A) O item está **incorreto**. Apenas os destinatários do campo “Cco” serão ocultos. O endereço de e-mail da **Maria** está no campo “Cc”, logo, **Pedro** poderá visualizá-lo.

(B) O item está **incorreto**. Na verdade, **Pedro** e **Maria** não saberão que **Antônia** e **José** receberam uma cópia da mensagem, pois **Antônia** e **José** estão inseridos no campo “Cco” (Com cópia oculta). Portanto, nem todos saberão para quem a mensagem foi enviada por completo.

(C) O item está **correto**. Todos os destinatários independentemente do campo que estão inseridos (Para, Cc, Cco) receberão a mensagem.

(D) O item está **incorreto**. Nenhum dos destinatários inseridos no campo “Cco” pode visualizar outros destinatários do campo “Cco”. Portanto, **Antônia** não poderá visualizar o e-mail de **José**.

(E) O item está **incorreto**. Os endereços de e-mail de **Antônia** e **José** estão inseridos no campo “Cco” (Com cópia oculta). Portanto, **Pedro** não poderá visualizá-los.

Gabarito: C

14. Com base no editor de texto Microsoft Word 2013, marque a alternativa CORRETA em relação às afirmativas abaixo.

I – Os comandos Localizar e Substituir podem ser acessados, respectivamente, pelas teclas de atalho Ctrl+L e Ctrl+U.

II – Para inserir um cabeçalho em um texto deve-se executar os seguintes passos: guia LAYOUT DA PÁGINA, grupo Cabeçalho e Rodapé e botão Cabeçalho.

III – Para adicionar uma página em branco no documento deve-se executar os seguintes passos: guia EXIBIÇÃO, grupo Páginas e botão Página em Branco.

- A) Somente a afirmativa II está correta.
- B) Somente a afirmativa III está correta.
- C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D) Somente a afirmativa I está correta.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

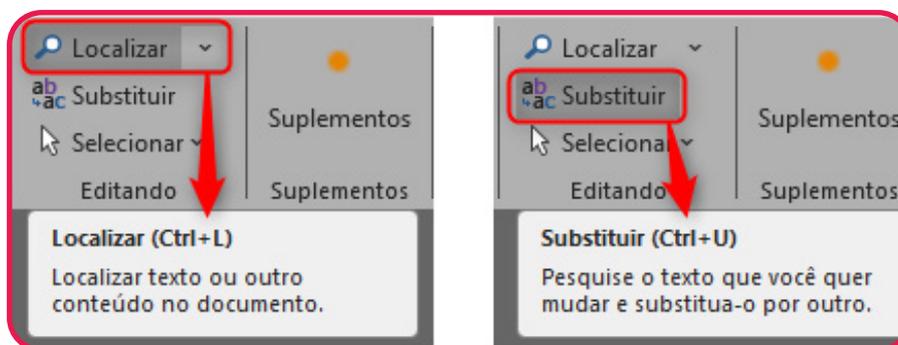
COMENTÁRIO:

POLÍCIA CIVIL

Vamos analisar as afirmativas:

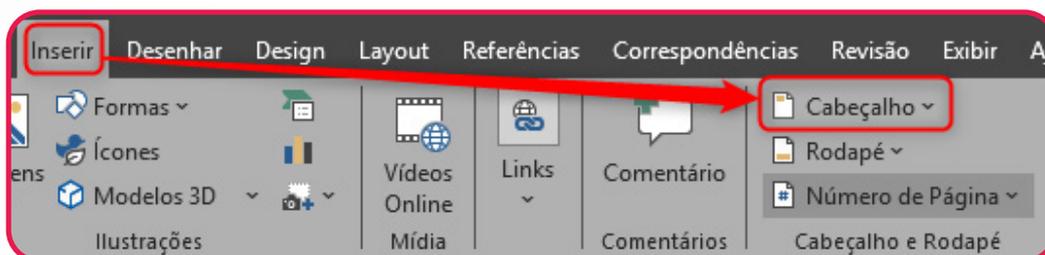
I – Os comandos Localizar e Substituir podem ser acessados, respectivamente, pelas teclas de atalho Ctrl+L e Ctrl+U.

Correta. De fato, os atalhos mencionados servem para os comandos **Localizar** e **Substituir**. Esses comandos são encontrados no grupo **Editando** da guia **Página Inicial**. Veja:



II – Para inserir um cabeçalho em um texto deve-se executar os seguintes passos: guia LAYOUT DA PÁGINA, grupo Cabeçalho e Rodapé e botão Cabeçalho.

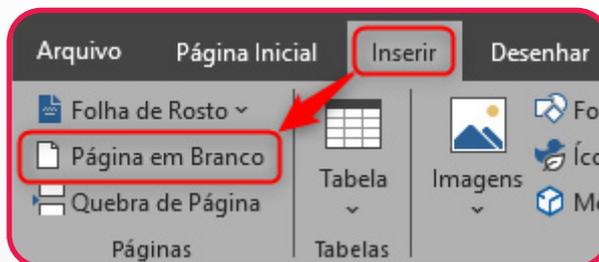
Incorreta. Para inserir um cabeçalho em um texto no Word, é preciso acessar a guia **Inserir**, e não **Layout da Página**. Veja:



Na guia **Layout da Página**, encontramos diversas ferramentas essenciais para formatar nosso documento. Tais como: ajustar as margens, escolher entre orientação retrato ou paisagem, definir o tamanho do papel, entre outras.

III – Para adicionar uma página em branco no documento deve-se executar os seguintes passos: guia EXIBIÇÃO, grupo Páginas e botão Página em Branco.

Incorreta. Para adicionar uma página em branco no documento, é preciso acessar a guia **Inserir**, e não **Exibição**. Veja:



Na guia **Exibição**, encontramos recursos para ajustar como o documento é mostrado na tela. É possível alternar entre diferentes modos de visualização, como Layout de Impressão, Modo de Leitura e Layout da Web. Também podemos exibir ou ocultar régua, linhas de grade e o painel de navegação.

Portanto, somente a **afirmativa I** está **correta**.

Gabarito: D

15. Com base na planilha eletrônica Microsoft Excel 2013, marque a alternativa CORRETA em relação às afirmativas abaixo.

I – Para mesclar células adjacentes e centralizar o conteúdo, seleciona-se uma ou mais células adjacentes não mescladas, clica na guia PÁGINA INICIAL, grupo Alinhamento e botão Mesclar e Centralizar.

II – No grupo Configurar Página da guia LAYOUT DA PÁGINA, existem opções que permitem ajustar margens, alterar orientação de página e escolher tamanho da página.

III – No grupo Alinhamento da guia PÁGINA INICIAL, existem as opções: Alinhar à Esquerda, Centralizar, Alinhar à Direita e Justificar.

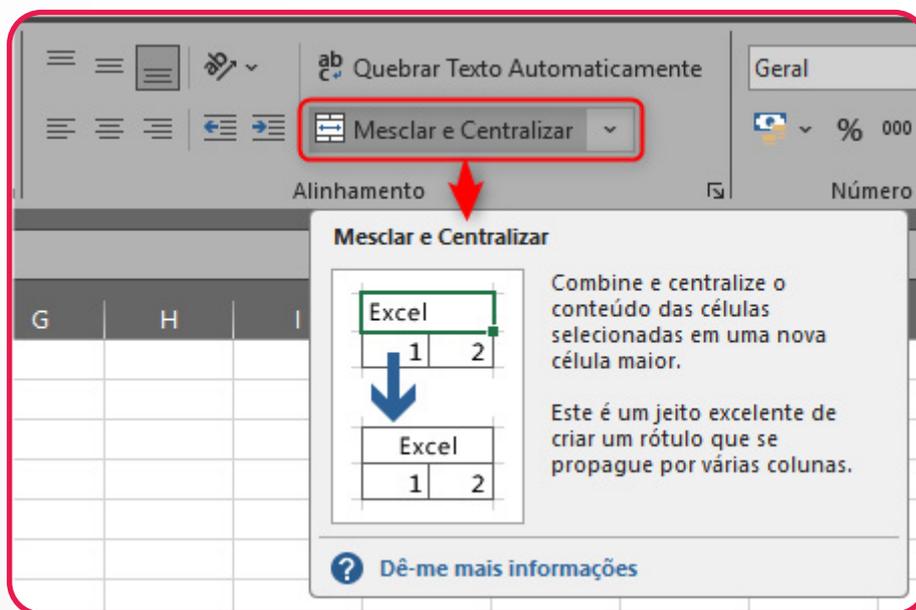
- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Somente a afirmativa II está correta.
- C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.
- E) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as afirmativas:

I – Para mesclar células adjacentes e centralizar o conteúdo, seleciona-se uma ou mais células adjacentes não mescladas, clica na guia PÁGINA INICIAL, grupo Alinhamento e botão Mesclar e Centralizar.

Correta. O procedimento para mesclar células adjacentes está correto.

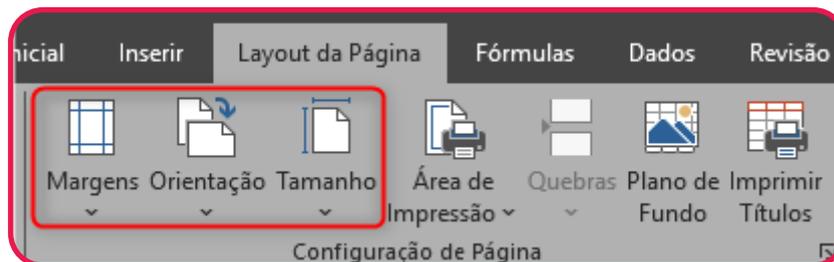


Essa opção permite combinar duas ou mais células adjacentes em uma única célula maior, alinhando automaticamente o conteúdo ao centro. Esse recurso é frequentemente usado para criar títulos de tabelas e cabeçalhos mais destacados, melhorando a apresentação visual das informações na planilha.

II – No grupo Configurar Página da guia LAYOUT DA PÁGINA, existem opções que permitem ajustar margens, alterar orientação de página e escolher tamanho da página.

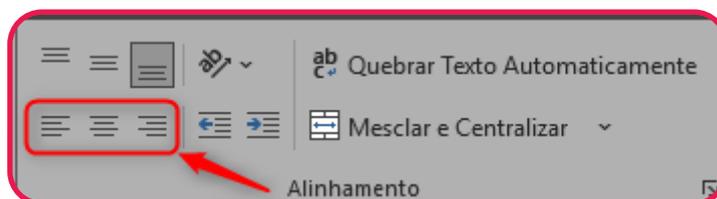
POLÍCIA CIVIL

Correta. De fato, essas opções estão presentes no grupo "Configurar Página" da guia "Layout da Página". Veja:



III – No grupo Alinhamento da guia PÁGINA INICIAL, existem as opções: Alinhar à Esquerda, Centralizar, Alinhar à Direita e Justificar.

Incorreta. A opção "Justificar" não está presente no grupo "Alinhamento". Temos somente as opções "Alinhar à Esquerda", "Centralizar" e "Alinhar à Direita".



Portanto, somente as afirmativas I e II estão corretas.

Gabarito: E

16. Com base nos navegadores de internet, marque a alternativa CORRETA em relação às afirmativas abaixo.

- I – O ícone de uma estrela que aparece do lado direito, no interior da linha de endereço dos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, serve para adicionar a página corrente aos favoritos.
- II – Os navegadores Google Chrome e o Internet Explorer possuem opção para apagar o histórico de navegação, a qual faz com que as páginas visitadas sejam bloqueadas e não mais sejam acessíveis pelo usuário.
- III – No navegador Mozilla Firefox, a tecla de atalho Ctrl+H permite ao usuário pesquisar as páginas acessadas recentemente.

- A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B) Somente a afirmativa I está correta.
- C) Somente a afirmativa II está correta.
- D) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

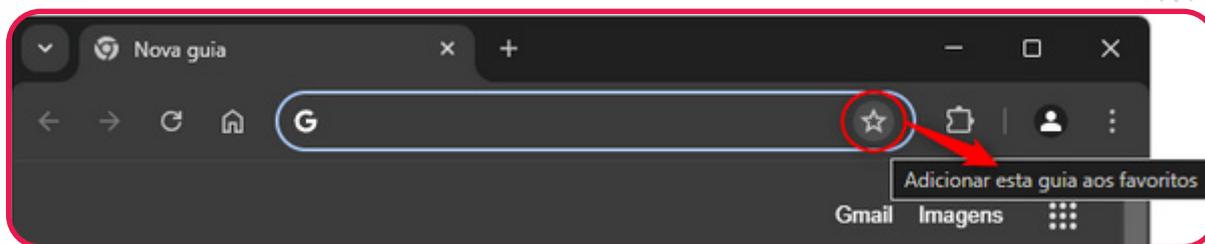
COMENTÁRIO:

I – O ícone de uma estrela que aparece do lado direito, no interior da linha de endereço dos navegadores Google

POLÍCIA CIVIL

Chrome e Mozilla Firefox, serve para adicionar a página corrente aos favoritos.

Correta. De fato, o ícone de estrela serve para adicionar a página atual aos favoritos. Veja:

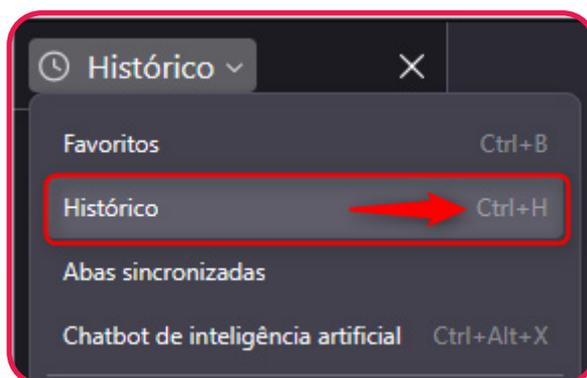


II – Os navegadores Google Chrome e o Internet Explorer possuem opção para apagar o histórico de navegação, a qual faz com que as páginas visitadas sejam bloqueadas e não mais sejam acessíveis pelo usuário.

Incorreta. Apagar o histórico de navegação não faz com que as páginas visitadas sejam bloqueadas, apenas remove o registro das páginas visitadas. O usuário pode visitar novamente as páginas caso tenha interesse.

III – No navegador Mozilla Firefox, a tecla de atalho Ctrl+H permite ao usuário pesquisar as páginas acessadas recentemente.

Correto. O atalho **Ctrl+H** é a maneira rápida de acessar o histórico de navegação, permitindo pesquisar as páginas acessadas recentemente.



Portanto, somente as **afirmativas I e III** estão **corretas**.

Gabarito: A

17. Com relação aos conceitos sobre Intranet, Internet e os protocolos envolvidos nessas tecnologias, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) O protocolo FTP permite realizar transferência de arquivos entre diferentes computadores.
- B) HTTPS é um protocolo de comunicação seguro, utilizado para entregar mensagens de correio eletrônico na Internet.
- C) A Intranet é uma rede de computadores privada dentro de uma organização.
- D) O padrão TCP/IP é um conjunto de protocolos de comunicação utilizados na Internet.
- E) O protocolo IP é responsável por endereçar e encaminhar pacotes que trafegam pela rede mundial de computadores.

COMENTÁRIO:

(A) O item está **correto**. O próprio nome do protocolo "**File Transfer Protocol (ou Protocolo de Transferência de Arquivos)**" indica que sua principal função é realizar a transferência de arquivos entre diferentes computadores. Ele permite que usuários enviem, recebam, excluam e gerenciem arquivos em um servidor remoto.

(B) O item está **incorreto**. O **HTTPS** (Hypertext Transfer Protocol Secure) é um protocolo utilizado na internet para criptografar as informações trocadas entre um cliente e um servidor. O protocolo utilizado para enviar mensagens de correio eletrônico é o **SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)**.

Observe um exemplo de como funciona o HTTPS:

Imagine que você vai acessar o site do Estratégia Concursos para assistir às aulas.

- O navegador vê o "HTTPS" e inicia uma conexão segura com o site.
- O site apresenta um certificado digital, que o navegador verifica (como um "carimbo de autenticidade").
- Quando o aluno digita seu login (ex.: e-mail e senha) e clica em "Entrar", esses dados são transformados em um código ilegível para qualquer um que tente interceptar.
- Só o servidor do Estratégia consegue decifrar os dados, valida o login e libera o acesso às aulas.

(C) O item está **correto**. A **intranet** é uma rede de computadores privada, muito utilizada dentro de organizações. Em uma intranet, os dados circulam apenas internamente, o que a torna mais segura.

Por exemplo, imagine uma empresa com uma intranet para compartilhar arquivos internos. Os dados ficam em um servidor local, acessíveis só por computadores da rede da empresa.

(D) O item está **correto**. O padrão **TCP/IP** é uma pilha de protocolos que regem como a comunicação acontece na **internet**. Ele é dividido nas seguintes camadas: aplicação, transporte, rede e enlace de dados.

(E) O item está **correto**. O **IP (Internet Protocol)** é responsável pelo endereçamento (atribuindo endereços IP aos dispositivos) e pelo roteamento dos pacotes de dados na Internet, garantindo que eles cheguem ao destino correto.

Portanto, a única alternativa **INCORRETA** é a **letra B**.

Gabarito: B

18. Sobre os conceitos de vírus, worms, malwares, pragas virtuais e aplicativos para segurança, assinale a única alternativa INCORRETA.

- A) Um software antivírus é um aplicativo de segurança responsável por prevenir, detectar e remover programas maliciosos.
- B) *Malware* é um programa de computador projetado para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador.
- C) O *firewall* é um sistema de segurança que permite a transformação reversível da informação de forma a torná-la ilegível a terceiros.
- D) Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

- E) e) *Worm* é um programa capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador. Diferente do vírus, o *worm* não embute cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos.

COMENTÁRIO:

(A) O item está **correto**. Um software antivírus monitora o sistema, analisando arquivos, programas e atividades suspeitas para proteger o computador contra malwares.

(B) O item está **correto**. Malware é um programa malicioso que, geralmente, tem a intenção de roubar ou sequestrar informações e danificar ou interromper sistemas. Existem diversos tipos de malware, entre eles: vírus de computador, worms, cavalos de Troia, ransomware, spyware, keyloggers e adware.

(C) O item está **incorreto**. O firewall é uma barreira de proteção entre uma rede interna (segura) e uma rede externa (insegura). Ele monitora e controla o tráfego de rede com base em regras predefinidas. Portanto, a definição apresentada na alternativa não corresponde ao conceito de firewall, mas sim ao de “criptação”.

(D) O item está **correto**. O vírus é um tipo de malware que se anexa a arquivos e programas e é executado quando estes são abertos. Quando isso acontece, os vírus podem se replicar para o restante do sistema.

(E) O item está **correto**. O worm, ao contrário do vírus, não necessita de um hospedeiro nem da ação do usuário. Ele se replica automaticamente por meio de vulnerabilidades do sistema e da rede.

Portanto, a única alternativa **INCORRETA** é a **letra C**.

Gabarito: C

NOÇÕES DE LÓGICA

19. Participaram das Olimpíadas Estudantis de 2017, com duração de 2 semanas, cinco estudantes: Maria, Elisa, Paula, Aline e Vanessa. Cada uma vem de um lugar diferente: Pernambuco, Ceará, Paraná, Alagoas e Maranhão. Além disso, sabemos as seguintes informações:

- Maria e a estudante de Alagoas compartilharam o mesmo quarto.
- Maria nunca estudou em Pernambuco ou no Paraná.
- Vanessa é do Maranhão.
- Em uma partida de futebol que foi realizada entre as semanas, Paula jogou no mesmo time que a estudante de Pernambuco, enquanto que a estudante de Alagoas jogou na equipe oposta.
- A estudante de Pernambuco e a Aline jogaram xadrez.

De qual lugar é Aline?

- A) Pernambuco.
B) Paraná.

- C) Ceará.
- D) Maranhão.
- E) Alagoas.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as informações dadas e preenchê-las na tabela passo a passo.

Passo 1: Identificando Vanessa:

Sabemos pela terceira informação que Vanessa é do Maranhão. Assim, já podemos preencher essa informação na tabela:

ESTUDANTE	ESTADO
Maria	
Elisa	
Paula	
Aline	
Vanessa	Maranhão

Passo 2: Descobrindo o estado de Maria:

As duas primeiras informações nos dizem que:

“Maria e a estudante de Alagoas compartilharam o mesmo quarto”.

“Maria nunca estudou em Pernambuco ou no Paraná”.

Sabemos que Maria não pode ser de Alagoas (pois são pessoas diferentes).

Além disso, como já conhecemos a estudante do Maranhão (Vanessa), as opções restantes para Maria são: Ceará, Pernambuco ou Paraná.

Mas a própria informação diz que: “Maria não estudou em Pernambuco nem no Paraná”.

Isso significa que Maria é do Ceará.

Agora atualizamos a tabela:

ESTUDANTE	ESTADO
Maria	Ceará
Elisa	
Paula	
Aline	
Vanessa	Maranhão

Passo 3: Descobrindo o estado de Paula:

A quarta informação diz que:

POLÍCIA CIVIL

“Paula jogou no mesmo time que a estudante de Pernambuco”

“A estudante de Alagoas jogou no time oposto”

Ou seja, Paula não pode ser de Pernambuco nem de Alagoas.

Restam apenas duas opções para Paula: Ceará ou Paraná.

Como já sabemos que Maria é do Ceará, então Paula só pode ser do Paraná.

Atualizamos a tabela novamente:

ESTUDANTE	ESTADO
Maria	Ceará
Elisa	
Paula	Paraná
Aline	
Vanessa	Maranhão

Passo 4: Identificando Aline e Elisa

A última informação diz que:

“A estudante de Pernambuco e Aline jogaram xadrez”

Se Aline fosse de Pernambuco, a frase teria dito que "Aline jogou xadrez" diretamente.

Mas como a frase separa "A estudante de Pernambuco" e "Aline", significa que Aline NÃO é de Pernambuco.

Isso nos leva à conclusão de que Aline é de Alagoas e, conseqüentemente, Elisa é de Pernambuco.

Agora completamos a tabela:

ESTUDANTE	ESTADO
Maria	Ceará
Elisa	Pernambuco
Paula	Paraná
Aline	Alagoas
Vanessa	Maranhão

Resposta Final: Aline é do estado de Alagoas.

Gabarito: E

20. Considerando um sistema composto de planetas F, G e H (podendo haver mais de um planeta F, G e H), a negação da frase:

Para todo planeta F, tem-se que F é maior que G. Todos os planetas H não são habitáveis ou existe pelo menos um planeta H maior que os planetas F; é dada por:

- A) Para qualquer planeta F, tem-se que F é menor que G. Qualquer planeta H é habitável ou todos os planetas H são maiores que os planetas F.
- B) Existe pelo menos um planeta F, tal que F é maior que G. Algum planeta H não é habitável e todo planeta H é menor que os planetas F.
- C) Existem planetas F, com F maior que G. Todos os planetas H são habitáveis e todos os planetas H são maiores que os planetas F.
- D) Para qualquer planeta F, temos que F é menor que G. Todos os planetas H são habitáveis e não existem planetas H maiores que os planetas F.
- E) Existe pelo menos um planeta F, tal que F não é maior que G. Existe um planeta H que é habitável e nenhum planeta H é maior que os planetas F.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as informações dadas passo a passo.

Passo 1: Identificando as partes da frase original:

A frase dada pode ser dividida em duas partes independentes, pois não há conectivos ligando-as diretamente:

1. "Para todo planeta F, tem-se que F é maior que G."
2. "Todos os planetas H não são habitáveis ou existe pelo menos um planeta H maior que os planetas F."

Nosso objetivo é negar cada uma dessas proposições individualmente.

Passo 2: Negação da primeira proposição

A frase "Para todo planeta F, tem-se que F é maior que G" é uma proposição universal afirmativa (do tipo "Todo X é Y").

A negação de uma proposição universal afirmativa segue a regra:

"Todo X é Y" → Negação: "Algum X não é Y"

Portanto, a negação de "Para todo planeta F, tem-se que F é maior que G" será:

"Algum planeta F não é maior que G."

Outra forma equivalente de escrever isso é:

"Existe pelo menos um planeta F tal que F não é maior que G."

Agora que encontramos essa parte da negação, podemos verificar as alternativas e já perceber que a resposta correta será a alternativa "E". No entanto, vamos concluir a solução negando a segunda parte da frase para garantir a compreensão completa.

Passo 3: Negação da segunda proposição

A segunda proposição diz:

"Todos os planetas H não são habitáveis ou existe pelo menos um planeta H maior que os planetas F."

Aqui, temos uma disjunção (ou) entre duas proposições:

"Todos os planetas H não são habitáveis" → Isso é uma proposição universal negativa (Todos não são X).

"Existe pelo menos um planeta H maior que os planetas F" → Isso é uma proposição particular afirmativa (Algum X é Y).

Agora, vamos negar cada parte separadamente:

1. Negação de "Todos os planetas H não são habitáveis"

A negação de "Todos não são" é "Algum é".

Então, a negação fica: "Algum planeta H é habitável."

2. Negação de "Existe pelo menos um planeta H maior que os planetas F"

A negação de "Existe pelo menos um" é "Nenhum".

Assim, a negação fica: "Nenhum planeta H é maior que os planetas F."

Agora, como a frase original era uma disjunção ("ou"), sua negação será uma conjunção ("e").

Portanto, a negação completa da segunda proposição será:

"Existe um planeta H que é habitável e nenhum planeta H é maior que os planetas F."

Passo 4: Conclusão

A negação completa da frase original fica:

"Existe pelo menos um planeta F tal que F não é maior que G, e existe um planeta H que é habitável e nenhum planeta H é maior que os planetas F."

Isso corresponde exatamente à alternativa E.

Gabarito: E

21. Considerando as proposições simples

p: Maria não come carne;

q: Faz frio;

r: Todo astronauta canta;

afirmamos:

Maria não come carne e não faz frio ou Maria come carne e faz frio ou existe astronauta que não canta e não faz frio.

É **CORRETO** simbolizar a proposição composta acima por:

a) $\sim(p \wedge \sim q) \wedge (p \wedge \sim q) \vee (r \wedge \sim q)$.

b) $\sim((p \rightarrow q) \vee (q \rightarrow p) \vee (r \wedge q))$.

c) $(p \wedge \sim q) \vee (\sim p \vee q) \vee (\sim r \wedge \sim q)$.

d) $\sim((p \leftrightarrow q) \wedge (r \vee q))$.

e) $(p \wedge \sim q) \wedge (\sim p \vee q) \vee (\sim r \wedge q)$.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar as proposições passo a passo:

Passo 1: Representação da proposição:

A proposição original é:

"Maria não come carne e não faz frio ou Maria come carne e faz frio ou existe astronauta que não canta e não faz frio."

Representando a proposição usando variáveis lógicas dadas:

- p: Maria não come carne.

- q : Faz frio.
- r : todo astronauta canta.

Lembrando que a representação dos conectivos é:

Negação (\neg)

Conjunção (**e**): (\wedge)

Disjunção (**ou**): (\vee)

Assim, a proposição pode ser escrita como:

$$p \wedge \neg q \vee \neg p \wedge q \vee \neg r \wedge \neg q$$

Passo 2: Adicionando parênteses para respeitar a ordem dos conectivos

A fim de evitar ambiguidades e respeitar a ordem dos operadores lógicos, colocamos parênteses na expressão:

$$(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge q) \vee (\neg r \wedge \neg q)$$

Atenção: Não confundir com a alternativa **C**, que tem uma pequena diferença:

$$(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \vee q) \vee (\neg r \wedge \neg q)$$

Passo 3: Identificando uma equivalência lógica

Vamos analisar os dois primeiros termos:

$$(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge q)$$

Construindo a tabela-verdade para esses termos:

p	q	$\neg p$	$\neg q$	$p \wedge \neg q$	$\neg p \wedge q$	$(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge q)$	$p \vee q$
V	V	F	F	F	F	F	F
V	F	F	V	V	F	V	V
F	V	V	F	F	V	V	V
F	F	V	V	F	F	F	F

Conclusão: Os valores da coluna $(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge q)$ são idênticos aos da disjunção exclusiva $(p \vee q)$.

Portanto, podemos reescrever a proposição como:

$$(p \vee q) \vee (\neg r \wedge \neg q)$$

Passo 4: Utilizando uma equivalência da disjunção exclusiva

Sabemos que a negação da disjunção exclusiva $(p \vee q)$ equivale ao bicondicional negado $(\neg(p \leftrightarrow q))$. Assim, podemos reescrever:

$$\neg(p \leftrightarrow q) \vee (\neg r \wedge \neg q)$$

Passo 5: Aplicando a Lei de De Morgan

A conjunção $\neg r \wedge \neg q$ pode ser reescrita usando a Lei de De Morgan:

$$\neg(r \vee q)$$

Substituímos na expressão anterior:

$$\neg(p \leftrightarrow q) \vee \neg(r \vee q)$$

Passo 6: Aplicando a Lei de De Morgan novamente

A expressão acima está no formato $\neg A \vee \neg B$, que, pela Lei de De Morgan, pode ser reescrita como:

$$\neg((p \leftrightarrow q) \wedge (r \vee q))$$

Conclusão: A proposição final corresponde à alternativa D.

Gabarito: D

22. Considere que:

- I - Existem empresários professores;
- II - Todos os ricos são empresários;
- III - Todos os matemáticos são somente professores;
- IV - Existem engenheiros que são professores.

Com base nas premissas acima, é **CORRETO** afirmar com toda certeza que:

- A) Nenhum matemático é rico ou engenheiro.
- B) Existem matemáticos que são engenheiros ou empresários.
- C) Existem engenheiros matemáticos ou ricos.
- D) Existem engenheiros matemáticos e empresários.
- E) Nenhum engenheiro é empresário e professor.

COMENTÁRIO:

Passo 1: Analisando a terceira premissa

A terceira premissa afirma que todos os matemáticos são somente professores.

Se um indivíduo é matemático, então ele não pode ter outra profissão além de ser professor.

Como consequência, nenhum matemático pode ser engenheiro ou rico.

Passo 2: Eliminando as alternativas erradas

Alternativas B, C e D.

Todas essas alternativas associam outra qualidade ao matemático (como ser engenheiro, empresário ou rico). Como já vimos, os matemáticos são apenas professores, então essas alternativas estão incorretas.

Alternativa E. O erro aqui está em concluir que não podem existir pessoas que sejam simultaneamente professor, engenheiro e empresário.

O que sabemos pelas premissas:

Existem professores que também são empresários.

Existem professores que também são engenheiros.

No entanto, não podemos afirmar se existe ou não alguém que seja professor, engenheiro e empresário ao mesmo

tempo.

Pode ser que esses três grupos não se sobreponham (ou seja, que ninguém tenha as três ocupações juntas).

Mas também pode ser que haja alguém que pertença aos três grupos.

Como as premissas não nos dão essa informação, não podemos concluir nada com certeza sobre essa questão.

Passo 3: Identificando a alternativa correta

Alternativa A

Ela é a única que respeita as informações dadas nas premissas e não tenta tirar conclusões indevidas.

Concluindo

A terceira premissa já nos dá a resposta: matemáticos são somente professores, então não podem ser ricos ou engenheiros.

As alternativas B, C e D erram ao atribuir outra profissão ou característica aos matemáticos.

A alternativa E erra ao tentar concluir algo sobre a sobreposição entre engenheiros, empresários e professores, algo que as premissas não permitem afirmar com certeza.

Gabarito: A

23. Uma empresa sorteia entre seus vários funcionários 7 viagens, com traslado e hospedagem. Para facilitar, o sorteio é realizado considerando o número da matrícula de cada funcionário. Foram sorteados os 7 funcionários com respectivas numerações de matrícula: AA1, A1A, 1AA, 1A1, AAA, 111 e A11.

Para melhor organização da viagem, é necessário separar os sete ganhadores em três grupos distintos, da seguinte maneira:

- AAA deve estar no mesmo grupo do funcionário AA1, mas não deve estar no grupo do funcionário 1A1;
- A1A não deve estar no grupo de 1AA, nem deve estar no grupo de 1A1;
- AA1 e A11 devem estar em grupos distintos;
- 1AA não deve estar no grupo de 1A1, nem deve estar no grupo de A1A;
- Cada grupo possui no máximo 3 pessoas;
- 1A1 não deve estar no grupo de AA1, e também não deve estar no grupo de A11;
- 111 não deve estar no grupo de AAA, e também não deve estar no grupo do funcionário 1A1;
- A11 não deve estar no grupo do funcionário AAA, e não deve estar no grupo do funcionário A1A.

Podemos afirmar, com certeza, que estão no mesmo grupo os funcionários de matrículas:

- A) AAA, A1A e 1A1.
- B) A11, 1AA e 111.
- C) A1A, 1AA e 111.
- D) A1A, AA1 e A11.
- E) 1AA, 1A1 e A11.

A questão nos dá uma lista de funcionários e algumas regras sobre quais deles podem ou não estar no mesmo grupo. O objetivo é formar três grupos, cada um com no máximo três pessoas.

COMENTÁRIO:

Vamos organizar o raciocínio:

Passo 1: Identificando as primeiras restrições

A partir das informações fornecidas, vamos analisar cada regra e marcar incompatibilidades.

- 1) AAA e AA1 devem estar no mesmo grupo (Grupo 1), mas não podem estar com 1A1.
- 2) A1A não pode estar com 1AA, nem com 1A1.
- 3) AA1 e A11 deverão estar em grupos diferentes.
- 4) 1AA não pode estar com 1A1, nem com A1A.

Agora organizamos isso na tabela, marcando com **X** as incompatibilidades:

	AA1	A1A	1AA	1A1	AAA	111	A11
AA1				X	✓		X
A1A			X	X			
1AA	X	X		X			
1A1	X	X	X		X		
AAA	✓			X			
111					X		
A11	X		X	X	X	✓	

Agora que temos essas informações organizadas, vamos começar a formar os grupos.

Passo 2: Criando os grupos

Sabemos que 1A1 não pode estar com ninguém (pois possui **X** com todos os outros).

Grupo 2 : 1A1

Agora restam seis funcionários, e precisamos dividir os dois grupos restantes com três pessoas cada.

A última linha da tabela mostra que A11 só pode estar com 1AA e 111.

Então temos nosso segundo grupo completo:

Grupo 3 : A11, 1AA, 111

Agora só sobram AAA, AA1 e A1A , que formam o terceiro grupo.

Grupo 1 : AAA, A1A, AA1

Passo 3: Confirmando a solução

Agora verificamos se esses grupos respeitam todas as regras:

AAA e AA1 estão juntos (Correto)

AAA não está com 1A1 (Correto)

A1A não está com 1AA ou 1A1 (Correto)

AA1 e A11 estão em grupos distintos

A única alternativa que apresenta corretamente os funcionários que estão no mesmo grupo é a alternativa B (A11,

1AA e 111).

Gabarito: B

24. João, Felipe, Ana, Carla e Eduardo são cinco amigos que moram com seus avós viúvos: Antônio, Juvenal, Lucas, José e Maria, nas cidades de Teresina, Altos, Campo Maior, Timon e Parnaíba, não necessariamente nesta ordem.

Além disso, sabe-se que:

- Felipe não é neto de Antônio, Ana mora em Altos com sua avó e João não mora em Campo Maior.
- Quem mora em Teresina é neto de Juvenal, e quem mora em Campo Maior é neto de Antônio.
- Carla nunca foi em Parnaíba, mas conhece Teresina. Além disso, João não mora em Teresina.
- Por fim, a neta de Lucas toca violão e tem amigos em Campo Maior e Teresina.

Pode-se afirmar, com certeza, baseado nas informações acima, que:

- A) João é neto de Juvenal e Ana mora em Altos.
- B) Antônio mora em Campo Maior e Felipe em Parnaíba.
- C) João mora em Parnaíba e Carla mora em Timon.
- D) José é neto de João e Antônio é avô de Eduardo.
- E) Eduardo mora em Teresina e José mora em Parnaíba.

COMENTÁRIO:

Vamos organizar o raciocínio em passos para facilitar a compreensão:

Passo 1: Montar a tabela inicial

Criamos uma tabela relacionando cada pessoa com suas avós e cidades:

PESSOA	AVÔ(Ó)	CIDADE
João	Antônio, Juvenal, Lucas, José, Maria	Teresina, Altos, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Felipe	Antônio, Juvenal, Lucas, José, Maria	Teresina, Altos, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Ana	Antônio, Juvenal, Lucas, José, Maria	Teresina, Altos, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Carla	Antônio, Juvenal, Lucas, José, Maria	Teresina, Altos, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Eduardo	Antônio, Juvenal, Lucas, José, Maria	Teresina, Altos, Campo Maior, Timon, Parnaíba

Passo 2: Aplicar as informações dadas

Felipe não é neto de Antônio.

Ana mora em Altos com sua avó.

POLÍCIA CIVIL

João não mora em Campo Maior.

Com isso, deduzimos que a única avó possível para **Ana é Maria**, pois ela mora em Altos.

Passo 3: Atualizar a tabela

Atualizamos a tabela com as informações conhecidas:

PESSOA	AVÔ(Ó)	CIDADE
João	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Teresina, Timon, Parnaíba
Felipe	Juvenal, Lucas, José	Teresina, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Ana	Maria	Altos
Carla	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Teresina, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Eduardo	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Teresina, Campo Maior, Timon, Parnaíba

Passo 4: Analisar as cidades

Quem mora em Teresina é neto de Juvenal.

Quem mora em Campo Maior é neto de Antônio.

Como Felipe não é neto de Antônio, ele não mora em Campo Maior. Como João não mora em Campo Maior, ele também não é neto de Antônio.

Passo 5: Atualizar a tabela novamente

Eliminamos as possibilidades:

PESSOA	AVÔ(Ó)	CIDADE
João	Lucas, José	Timon, Parnaíba
Felipe	Juvenal, Lucas, José	Teresina, Timon, Parnaíba
Ana	Maria	Altos
Carla	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Teresina, Campo Maior, Timon, Parnaíba
Eduardo	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Campo Maior, Timon, Parnaíba

Passo 6: Considerar as informações sobre Carla

Carla nunca foi a Parnaíba, mas conhece Teresina.

João não mora em Teresina.

POLÍCIA CIVIL

Eliminamos Juvenal como avô de João, pois quem mora em Teresina é neto de Juvenal.

Passo 7: Atualizar a tabela

PESSOA	AVÔ(Ó)	CIDADE
João	Lucas, José	Timon, Parnaíba
Felipe	Juvenal, Lucas	Teresina, Timon, Parnaíba
Ana	Maria	Altos
Carla	Antônio, Lucas	Campo Maior, Timon, Parnaíba
Eduardo	Antônio, Juvenal, Lucas, José	Campo Maior,

Passo 8: Conclusão sobre Carla

A neta de Lucas toca violão e tem amigos em Campo Maior e Teresina. Como Ana é neta de Maria, Carla deve ser neta de Lucas.

Passo 9: Finalizar a tabela

Por exclusão, João mora em Parnaíba, Eduardo é neto de Antônio e mora em Campo Maior, e Felipe é neto de Juvenal e mora em Teresina.

PESSOA	AVÔ(Ó)	CIDADE
João	José	Parnaíba
Felipe	Juvenal	Teresina
Ana	Maria	Altos
Carla	Lucas	Timon
Eduardo	Antônio	Campo Maior

Pelo exposto podemos concluir que João mora em Parnaíba e Carla mora em Timon, o que faz da alternativa C a correta.

Gabarito: C

25. A globalização constitui um processo complexo de conexão entre os povos e seus territórios fortemente influenciados pela tecnologia e a divisão social e territorial do trabalho. Sobre esse processo é INCORRETO afirmar:

- A) O avanço técnico científico vem intensificando a globalização ao diversificar e aumentar a velocidade de comunicação entre os povos, sem romper as relações de poder entre os países centrais e periféricos.
- B) A velocidade dos transportes e das comunicações é uma das características da globalização, a qual ganhou impulso com a industrialização, sobretudo, a partir da terceira revolução industrial.
- C) A integração econômica tem contribuído para reduzir as desigualdades territoriais e sociais na medida em que as tecnologias das comunicações facilitam a divulgação instantânea dos fatos.
- D) A tecnologia é um dos instrumentos de controle do mercado na era da globalização, reforçando o poder das grandes potências capitalistas.
- E) A integração entre os povos não foi capaz de resolver as disparidades entre eles, nem mesmo favorecer a convivência mais harmônica, com respeito às diferenças culturais e aos direitos humanos.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema globalização e pede a alternativa incorreta.

A alternativa C está errada e é o nosso gabarito, pois apesar do aumento do desenvolvimento pelo mundo, aumentaram as desigualdades sociais e as desigualdades econômicas entre os países.

De acordo com Milton Santos, o avanço das tecnologias de comunicação provoca uma compressão do espaço e do tempo ampliando a velocidade de comunicação, mas como são tecnologias desenvolvidas nos países centrais há uma relação de subordinação dos países periféricos e semiperiféricos, dependentes de capitais e tecnologias. Desde a terceira revolução industrial nos anos 70, as tecnologias da informação e comunicação, TICs, ganharam impulso, e há autores que falam na evolução para uma nova etapa do capitalismo financeiro, o capitalismo informacional.

Gabarito: C

26. A regionalização do espaço mundial historicamente sofre alterações em decorrência das transformações econômicas e políticas. A respeito desse processo, é CORRETO afirmar:

- A) Entre 1914-1918 e 1939-1945 ocorreram as duas guerras mundiais, as quais tiveram impactos restritos na organização do espaço mundial, sobretudo, após a II Guerra Mundial.
- B) Após a II Guerra Mundial o mundo foi dividido em dois blocos: o capitalista, sob o comando dos EUA e o socialista, sob o comando da Ex-URSS. Esses dois blocos marcaram a ordem mundial bipolar, a qual foi ruída com a queda da hegemonia dos EUA.
- C) A nova ordem mundial reduziu as instabilidades políticas e os conflitos étnicos, sobretudo, na Ásia.

- D) A crise do Socialismo real provocou o fim da Ex-URSS e, com ela, o surgimento de vários países como a Ucrânia, Rússia, Letônia e Estônia.
- E) A década de 1980 viu emergir uma nova ordem internacional sob a hegemonia do capitalismo e com ela o fim da regionalização do mundo em três mundos em função das reduções das desigualdades entre os países.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda o tema regionalização do espaço mundial.

A alternativa correta é D, pois em 1991 a URSS fragmentou-se em 15 países, entre eles os europeus Ucrânia, Moldávia e os países bálticos (banhados pelo mar Báltico) Estônia, Letônia e Lituânia, e os países do Cáucaso, Azerbaijão, Armênia e Geórgia. Proliferam conflitos motivados por razões nacionalistas, republicanas e separatistas, como a Chechênia.

A alternativa A está errada, pois os conflitos alteraram a ordem internacional vigente desde o século XIX. Na Primeira Guerra, a Inglaterra deixou de ser a maior economia mundial e foi ultrapassada pelos EUA, que se tornaram a potência hegemônica no século XX em termos econômicos, tecnológicos e militares.

A alternativa B está errada, pois a ordem mundial bipolar da guerra fria ruiu com a fragmentação da URSS.

A alternativa C está errada, pois os conflitos não diminuíram, mas tomaram novos contornos. Por exemplo, desde os anos 90, a Rússia tenta impor seu poder sobre o Leste Europeu e sobre o Cáucaso e invadiu a Ucrânia, ameaçando todos os países limítrofes. Os anos 90 foram marcados pelas sucessivas guerras civis na antiga Iugoslávia, que resultaram na fragmentação territorial do país. Foi o primeiro conflito em que a OTAN agiu em defesa dos Direitos Humanos, para impedir o ditador Sérvio Slobodan Milosevic de fazer um genocídio dos povos albaneses.

A alternativa E está errada, pois as desigualdades aumentaram entre os países. A expressão terceiro mundo caiu em desuso pois reflete o contexto da Guerra Fria, pois hoje surgiram os emergentes, ou seja, subdesenvolvidos e industrializados.

Gabarito: D

27. Crise migratória: cresce fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. (Fonte: uol, 05/01/2018). Entretanto, no mundo todo, o número de migrantes passa dos 243 milhões, caso morassem todos no mesmo país, seria o quinto mais populoso do mundo, à frente do Brasil. É muita gente, e os países são impactados por estas idas e vindas migratórias. Sobre essa questão migratória é INCORRETO afirmar:

- A) Os países desenvolvidos são os que mais atraem migrantes e também são os mais sensíveis à questão migratória, a exemplo dos EUA com relação aos latinos, em especial os mexicanos.
- B) O Brasil é um dos principais destinos dos migrantes venezuelanos, os quais chegam ao país pela região norte e, nos últimos anos, vem aumentando em função da crise política econômica que afeta à Venezuela.
- C) A intensificação da crise política na Síria tem provocado um fluxo migratório intenso em direção aos vizinhos países asiáticos, mas também em direção à Europa.
- D) O aumento dos fluxos migratório associado às questões econômicas e políticas nas últimas décadas tem contribuído para reforçar as ideias xenófobas em vários países, em nome da segurança, do emprego e da preservação cultural.

- E) As diferenças econômicas ainda estão entre as principais causas da migração nas diversas escalas espaciais, o que explica a existência de um fluxo migratório dos países em desenvolvimento em direção aos desenvolvidos.

COMENTÁRIO:

A questão aborda a chamada crise migratória.

A alternativa incorreta é a B, portanto o gabarito da questão. Até 2019, o Brasil não era o principal destino para os venezuelanos que deixavam o seu país. Segundo dados das Nações Unidas, a Colômbia liderava na recepção dessa população, abrigando mais de 1,1 milhão de venezuelanos. Essa tendência era seguida por outros países, como Peru, com 506 mil venezuelanos, Chile com 288 mil, Equador com 221 mil, Argentina com 130 mil, enquanto o Brasil recebia cerca de 96 mil. Além disso, o México e várias nações da América Central e do Caribe também acolheram uma quantidade considerável de migrantes e [refugiados venezuelanos](#).

Obs.: **Em 2025, não há gabarito, pois, atualmente, todas estariam corretas.** Em 2024, o Brasil já era o 3º país com maior número de Venezuelanos, depois da Colômbia e do Peru.

A alternativa A está correta, pois países desenvolvidos, como os Estados Unidos, têm uma forte economia e oportunidades de emprego atrativas. Isso torna esses países destinos desejados para muitos migrantes que buscam melhores condições de vida. No entanto, esses países também se deparam com tensões sociais e políticas relacionadas à imigração, especialmente quando se trata da população latina nos EUA, como os mexicanos, e especialmente observável no retorno de Donald Trump à presidência dos EUA em 2025, em que enrijeceu as políticas contra a imigração ilegal e adotou deportações em massa. O primeiro avião com brasileiros chegou em janeiro, fez escala em Manaus e partiu para Belo Horizonte, pois MG é o estado com maior número de pessoas nos EUA, por exemplo, o município de Governador Valadares é o que tem maior número de pessoas lá.

A alternativa C está correta, pois o Brasil tem sido um dos principais destinos para imigrantes venezuelanos, especialmente pela fronteira com Roraima, onde no município de Pacaraima há uma missão do alto comissariado das nações unidas para refugiados, ACNUR, e auditores do trabalho que os recebem na Operação Acolhida. Isso ocorre como resposta à crise política e econômica devastadora na Venezuela, levando um número crescente de cidadãos venezuelanos a buscar refúgio e novas oportunidades no Brasil. Isso é confirmado pelas informações obtidas de fontes confiáveis, como a UNICEF e o portal do governo brasileiro, que mencionam a Operação Acolhida.

A alternativa D e E estão corretas, pois a intensificação das migrações internacionais aumentaram a xenofobia nos países desenvolvidos, que continuam sendo os principais destinos procurados por quem procura melhores oportunidades econômicas, as chamadas migrações Sul-Norte, do sul subdesenvolvido para o norte desenvolvido, mas é importante ressaltar que têm aumentado as migrações Sul-Sul, ou seja, entre países subdesenvolvidos.

Gabarito da banca: B

Gabarito do professor: anulada.

28. A Terra existe há quase 05 bilhões de anos, e vidas na Terra existem há mais de 3,5 bilhões de anos, sendo que o Homem habita há quase 3 milhões de anos. Há 200 anos é que o Meio Ambiente passou a ser afetado

consideravelmente com a ação humana, e há apenas 40 anos é que estes impactos passaram a ser considerados muito graves ao planeta (MACEDO, 2000, p. 55). Sobre a questão ambiental, é INCORRETO afirmar:

- A) O Brasil é um dos países que tem avançado na melhoria da qualidade ambiental ao apresentar uma das melhores legislações do mundo e ao mesmo tempo sua aplicabilidade, a exemplo dos avanços no saneamento básico do país.
- B) A indústria é uma das principais atividades econômicas que tem impactado negativamente o ambiente, a exemplo da poluição atmosférica.
- C) O desenvolvimento sustentável é um conceito em voga e parte do princípio de que todas as gerações têm direito aos recursos ambientais em quantidade e qualidade satisfatória.
- D) O crescimento da população e o intenso aumento no consumo são fatores que desafiam a qualidade ambiental, sobretudo, quando associados às disparidades socioeconômicas entre os povos e países.
- E) O Brasil avançou na produção de energias renováveis nas últimas décadas com a biomassa, energia eólica e solar, reduzindo a dependência do país em relação ao petróleo e carvão mineral.

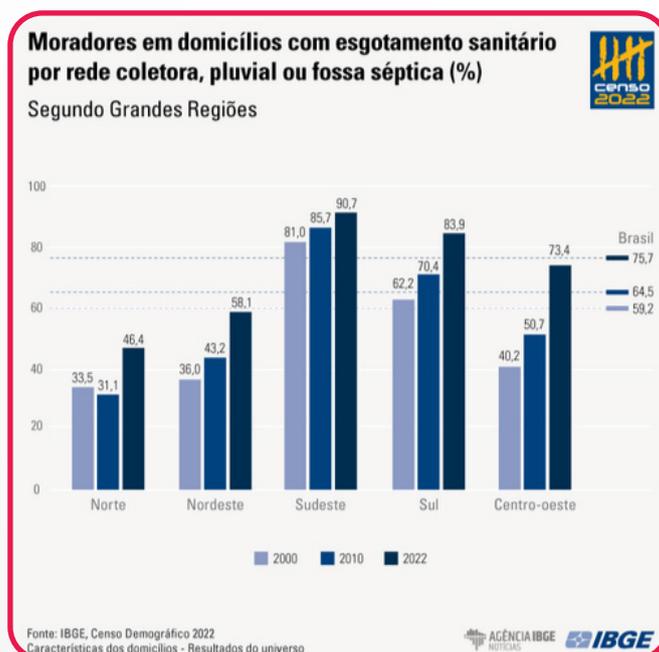
COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda a questão ambiental.

Analisemos as assertivas:

A única alternativa errada é A, pois, apesar de termos uma legislação ambiental robusta, apesar de haver um certo avanço do saneamento básico no país, existem muitas desigualdades regionais e os avanços não foram homogêneos. É questionável sua aplicabilidade ser uma das mais eficientes do mundo, mediante as dificuldades de universalizar o saneamento básico e combater o desmatamento das matas, por exemplo.

A alternativa B está correta, pois foi depois da revolução industrial, que começou na Inglaterra, no século XVIII, que as emissões de poluentes e a intensa exploração dos ecossistemas aumentaram muito, ao ponto de surgir um novo conceito de “era”, o período **antropoceno**, marcado pelas alterações antrópicas do meio ambiente.



A alternativa C está correta, pois reflete o princípio central do desenvolvimento sustentável, que inclui a equidade temporal e a conservação dos recursos para as gerações futuras. Os debates no G20 sublinharam a importância desse conceito, que, de modo simples, é explorarmos o meio ambiente garantindo esse Direito às próximas gerações.

A alternativa D está correta, pois o crescimento populacional e o aumento no consumo são fatores que pressionam a infraestrutura urbana, por exemplo a sanitária e a de mobilidade, especialmente quando combinados com desigualdades socioeconômicas. Isso é amplamente reconhecido em discussões ambientais globais e entre os 17 ODS da Agenda 2030.

A alternativa E está correta, pois o Brasil é líder mundial em energias limpas e renováveis, como a hidrelétrica, o etanol de cana-de-açúcar, e entre 2021 e 2024 ocorreu um grande aumento da potência instalada e produção de energia elétrica e solar fotovoltaica. Somos a matriz energética e matriz elétrica mais limpas do mundo.

Gabarito: A

29. Nas últimas décadas tem-se testemunhado rápidas e profundas transformações nas relações socioeconômicas e culturais em todo o mundo. Sobre elas é CORRETO afirmar:

- A) O MERCOSUL fruto do tratado de Maastricht prevê a formação de uma zona de livre comércio entre seus membros, é um bloco aberto e o Brasil é o seu principal líder em função da capacidade econômica.
- B) A União Europeia tem enfrentado desafios econômicos e políticos, a exemplo da Grécia e Espanha. Entretanto, o Brexit aponta um futuro incerto para a organização.
- C) O terrorismo constitui uma das principais estratégias políticas dos grupos extremistas da Ásia e África, sendo seus principais alvos os países latinos.
- D) A eleição de Donald Trump em 2016 e consequentemente sua posse em 2017, trouxe ao mundo político internacional uma expectativa de tranquilidade diante do redirecionamento da política externa norte americana em relação às questões ambientais, migratórias e militares.
- E) A crise na Síria tem demonstrado o fim da geopolítica da Guerra Fria entre os EUA e a Ex-URSS, ao se tornarem aliados em ataques conjuntos como o de 13 de abril de 2018.

COMENTÁRIO:

Nossa questão trata de diversos aspectos da configuração mundial nas últimas décadas.

Analisemos as alternativas:

A alternativa B está correta, pois desde 2010, quando ocorreu a crise dos PIIGS (acrônimo de Portugal, Irlanda do Sul, Itália, Grécia e Espanha), esses países foram duramente afetados e, no geral, os países europeus, especialmente os pertencentes à União Europeia, têm apresentado baixo crescimento ou recessão. Por exemplo, a Alemanha, em 2025, está passando por problemas econômicos e grandes indústrias estão fechando fábricas pelo mundo e até lá dentro do País.

A alternativa A está errada, pois o Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, de 1991, e o Tratado de Maastricht, também de 1991, criou o Euro e a União Europeia.

A alternativa C é incorreta, pois os principais alvos dos grupos extremistas terroristas como o ISIS, Boko Haram e

Hamas são os países ocidentais, como Estados Unidos, França e Israel.

A alternativa D está errada, pois ao contrário, tanto no primeiro mandato quanto no segundo, traz intranquilidades e rupturas nas relações internacionais, deportações em massa de imigrantes e a retirada do Tratado de Paris (pela segunda vez).

A alternativa E é incorreta, pois tal qual na Guerra Fria, Estados Unidos e Rússia participaram da Guerra Civil da Síria, em lados opostos. Os dois combatendo o ISIS, enquanto os EUA apoiavam os rebeldes e a Rússia o ditador Bashar al-Assad.

Gabarito: B

30. Sobre a realidade social, econômica e política do Brasil, julgue os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa CORRETA:

I - No Brasil, 25.255 jovens de 15 a 29 anos foram mortos por armas de fogo em 2014, um aumento de quase 700% em relação aos dados de 1980, quando o número de vítimas nessa faixa etária era de cerca de 3,1 mil. Com isso, o Brasil ocupa a 10ª posição em número de homicídios de jovens num ranking que analisou cem países (ONU, 2017).

II - No Piauí em 2016, 30% dos gastos com saúde pública foram com vítimas de acidentes de trânsito, dos quais 80% são homens, com idade entre 20 a 29 anos (SESAPI, 2016).

III - A Lei nº 11.445/07, define saneamento básico como um conjunto de serviços que abrange abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais.

IV - A ausência de saneamento básico eleva os gastos com a saúde no Brasil, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, onde os índices de saneamento são menores.

- A) São verdadeiros I e III e estão relacionados entre si.
- B) Todos são verdadeiros e refletem os desafios do Brasil em garantir condições de segurança, saúde e boa qualidade de vida a todos os brasileiros.
- C) Todos são verdadeiros e o II é consequência do III.
- D) São falsos III e IV, apesar de estarem relacionados entre si.
- E) Todos são verdadeiros e o II é consequência do IV.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda aspectos da **realidade social, econômica e política do Brasil**.

Vejam as opções:

A alternativa correta é B, pois todos os itens são verdadeiros e refletem os desafios do Brasil em garantir condições de segurança, saúde e boa qualidade de vida aos brasileiros. Raramente, as bancas avaliam se você sabe o dado preciso, por exemplo, que a mortalidade de jovens por armas de fogo aumentaram 700 vezes, e sim se você sabe que a violência aumentou muito e algumas das razões, como aumento das desigualdades, aumento da atuação das facções criminosas e ao processo de urbanização acelerado e sem planejamento, que resultou em cidades com infraestrutura de saneamento básico inadequadas e onde surgiram favelas e comunidades urbanas (novo nome oficial para áreas de favelas, que antes eram chamadas de aglomerados subnormais). Eventualmente pode ocorrer e sempre tem uma

primeira vez, mas em geral é necessário saber tendências ou dados recentes amplamente divulgados. Nessa questão é possível eliminarmos alternativas pela relação entre os fenômenos descritos.

A alternativa A está errada, pois I e III são verdadeiros, mas eles não estão diretamente relacionados. I refere-se à violência juvenil, enquanto III trata do “marco legal do saneamento básico”.

A alternativa C está errada, pois II e III são verdadeiros, mas II refere-se a acidentes de trânsito, que não são consequência do saneamento básico.

A alternativa D está errada, pois os itens estão corretos e estão relacionados entre si.

A alternativa E está errada, pois II e IV são corretos, mas eles não estão diretamente relacionados. II trata de acidentes de trânsito e aumento nos gastos com saúde pública, e IV trata de saneamento básico.

Gabarito: B

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO

31. Quanto à administração direta e indireta, marque a alternativa CORRETA.

- A) Administração indireta é o conjunto de entidades sem personalidade jurídica que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público.
- B) A Administração Pública direta é a estrutura que representa atuação direta do Estado por suas unidades federadas, como a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas.
- C) A Procuradoria Geral do Estado do Piauí integra a Administração Direta do Estado do Piauí.
- D) Por fazer parte da administração direta, a autarquia se subordina ao ente que a instituir.
- E) A Administração Pública indireta é composta de pessoas jurídicas, com personalidade jurídica própria, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e o consórcio público.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Organização Administrativa.

Candidato, o assunto da questão em apreço despensa em provas de concursos. Portanto, não vamos vacilar aqui. Vejamos as alternativas:

a) Administração indireta é o conjunto de entidades **sem personalidade jurídica** que vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público.

ERRADO. A administração indireta abarca, realmente, um conjunto de entidades e, por conta disso, possui personalidade jurídica. Lembre-se: são os órgãos que não possuem personalidade jurídica, vale dizer, são despersonalizados.

Os integrantes da administração indireta são os seguintes:

POLÍCIA CIVIL

- autarquias;
- empresas públicas;
- sociedades de economia mista;
- fundações públicas.

Cuidado, o terceiro setor não faz parte da administração indireta, beleza? Ademais, você deve levar para a prova que não existe hierarquia entre a administração direta e a indireta, mas, sim, vera vinculação (controle finalístico).

b) A Administração Pública direta é a estrutura que representa atuação direta do Estado por suas unidades federadas, como a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, **Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas**.

ERRADO. Opa, vimos acima, no comentário da alternativa A, que sociedades de economia mista e empresas públicas são integrantes da administração indireta.

c) A Procuradoria Geral do Estado do Piauí integra a Administração Direta do Estado do Piauí.

CERTO. Perfeito, não há erro aqui. De fato, a PGE-PI é um órgão pertencente à administração direta do Estado do Piauí.

d) Por fazer parte da administração direta, **a autarquia se subordina ao ente que a instituir**.

ERRADO. Como pontuamos anteriormente, autarquias fazem parte da administração descentralizada (indireta) e não há que se falar em subordinação ao ente que a instituir.

e) A Administração Pública indireta é composta de pessoas jurídicas, com personalidade jurídica própria, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações públicas e o consórcio público.

ERRADO/CERTO. A banca, de forma preliminar, entendeu esse item como errado, porque, em regra, a doutrina majoritária entende que consórcios públicos não são integrantes da administração indireta e é isso que você deve levar para a maioria das suas provas de concurso.

No entanto, há quem defenda que tais consórcios fazem parte da administração indireta, quando constituídos como associação pública (pessoa jurídica de direito público). No recurso, a banca aceitou o posicionamento e acabou anulando a questão.

Dessa forma, a questão foi anulada.

Gabarito: Anulada

32. Marcos, prefeito de uma cidade do Estado do Piauí, no mês anterior ao encerramento do seu mandato, congela o Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU. Segundo foi repassado pela assessoria de imprensa, o objetivo do congelamento foi o grande interesse social. Entretanto, todos sabem que o referido congelamento foi para inviabilizar a nova administração, e assim reduzir as receitas. Diante desta situação, pode-se dizer que Marcos feriu, precipuamente, o princípio administrativo:

- A) Da legalidade.
- B) Da publicidade.
- C) Da eficiência.
- D) Da moralidade.
- E) Da continuidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Princípios da Administração Pública.

Caro aluno, solicita-se de você o conhecimento do assunto Princípios da Administração Pública, que podem estar, ou não, expressos no texto constitucional. Vamos fazer uma breve revisão? O assunto é de suma importância, você não pode perder pontos aqui, beleza?

→ Princípios constitucionais expressos (LIMPE, *caput* do art. 37 da CF/88)

- Legalidade;
 - subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.
- Impessoalidade;
 - os atos da administração devem perseguir o interesse público;
 - faz decorrer o princípio da isonomia ou igualdade → exige-se tratamento igual aos que estão em situações semelhantes e tratamento diferenciado aos que estão em situações desiguais.
 - veda a autopromoção → a publicidade dos órgãos e entidades devem ter cunho público social, e não o fim de promover autoridades.
- Moralidade;
 - exige-se a atuação ética, honesta, pautada na boa-fé e nos bons costumes.
 - dele decorre a vedação ao nepotismo (súmula vinculante 13)
 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- Publicidade;
 - exige-se a transparência dos atos da administração;
 - não é absoluto → pode ser mitigado por conta de sigilo para segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal.
 - dele decorrem → direito de petição; emissão de certidões; divulgações de ofício.
 - pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?
- Eficiência;
 - é o princípio mais recente entre os supracitados.
 - exigem-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).

→ Princípios implícitos

- Razoabilidade e proporcionalidade;
 - Evitar exageros ou limitações desnecessárias;

POLÍCIA CIVIL

- Limitação da discricionariedade administrativa;
- Permite o controle judicial dos atos administrativos.
- Controle ou tutela;
 - Controle da administração direta sobre a indireta (sem hierarquia, controle por vinculação).
- Autotutela;
 - a administração pode revogar quando inconvenientes ou inoportunos (faculdade não está obrigada); mas deve anular os atos ilegais (obrigação).
- Motivação;
 - Na edição do ato, faz-se necessária a indicação dos fundamentos de fato e de direito.
- Continuidade dos serviços públicos;
 - serviços públicos não devem ser interrompidos, salvo situações excepcionais;
 - limita o direito de greve;
 - limita a exceção do contrato não cumprido (“a administração não me pagou, então, não vou prestar o serviço”);
 - é importante observar que o serviço pode, sim, ser interrompido nos casos de emergência, manutenção ou falta de pagamento de fatura (cortou a sua luz por ausência de pagamento, não há, em regra, problema).
- Contraditório e ampla defesa;
 - contraditório: tomar conhecimento das alegações da parte, possibilidade de contrapor as alegações, capacidade de influenciar na decisão;
 - ampla defesa: direito de alegar e provar o que alega, utilização de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedação ao cerceamento do direito de defesa.
- Especialidade;
 - decorre a descentralização administrativa → administração indireta.
- Segurança jurídica;
 - busca-se a estabilidade das relações jurídicas já consolidadas;
 - busca-se a boa-fé e a confiança do administrado perante à administração;
 - dele decorrem os institutos da prescrição e decadência.

→ Superprincípios (pilares da Administração Pública)

- Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;
 - estabelece que o interesse público, ou seja, o bem comum da coletividade, deve prevalecer em caso de conflito com os interesses individuais. Ele justifica o poder especial que o Estado possui para, por exemplo, desapropriar bens privados, limitar liberdades individuais ou interferir em atividades econômicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social.
- Princípio da indisponibilidade do interesse público;
 - os agentes públicos não são donos dos bens, direitos ou interesses públicos, mas meros gestores e, por isso, não podem dispor livremente deles. A Administração Pública deve sempre atuar em conformidade com a lei e com as finalidades públicas, ou seja, não pode abrir mão de interesses da coletividade nem fazer concessões que prejudiquem o bem comum.

POLÍCIA CIVIL

Em resumo, Marcos congela a cobrança do IPTU para que o próximo prefeito assuma a prefeitura com dificuldades financeiras. De cara, podemos assinalar que o princípio ferido foi o da moralidade, vez que a conduta ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, a ideia comum de honestidade. Portanto, o gabarito é a letra D.

a) Da legalidade.

ERRADO. O princípio ferido foi o da moralidade.

- Legalidade;
 - subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.

b) Da publicidade.

ERRADO. O princípio ferido foi o da moralidade.

- Publicidade;
 - exige-se a transparência dos atos da administração;
 - não é absoluto → pode ser mitigado por conta de sigilo para segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal.
 - dele decorrem → direito de petição; emissão de certidões; divulgações de ofício.
 - pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?

c) Da eficiência.

ERRADO. O princípio ferido foi o da moralidade.

- Eficiência.
 - é o princípio mais recente entre os supracitados.
 - exige-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).

d) Da moralidade.

CERTO. Como vimos, é o nosso gabarito, vez que a conduta ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, a ideia comum de honestidade.

e) Da continuidade.

ERRADO. O princípio ferido foi o da moralidade.

- Continuidade dos serviços públicos;
 - serviços públicos não devem ser interrompidos, salvo situações excepcionais;
 - limita o direito de greve;
 - limita a exceção do contrato não cumprido (“a administração não me pagou, então, não vou prestar o serviço”)
 - é importante observar que o serviço pode, sim, ser interrompido nos casos de emergência, manutenção ou falta de pagamento de fatura (cortou a sua luz por ausência de pagamento, não há, em regra, problema).

Por fim, o gabarito encontra-se na letra D.

Gabarito: D

33. Para que a Administração Pública possa exercer suas funções, se faz necessário que seja dotada de poderes, a fim de que organize e cumpra o seu planejamento. Assim, marque a alternativa CORRETA em relação aos Poderes Administrativos:

- A) Poder hierárquico ocorre quando há a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores.
- B) Poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- C) Poder regulamentar tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- D) Poder Revisor é o poder de avocar, delegar ou conferir a outrem, da própria Administração Pública, seus poderes originais.
- E) Poder hierárquico deve detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei. É um poder inerente do Chefe do Executivo.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Poderes da Administração.

Concurseiro, Poderes Administrativos é um assunto quase certo na sua prova de Direito Administrativo. Você precisa saber bem a diferença entre os poderes. Para ajudá-lo, vamos fazer uma síntese logo em seguida; aproveite!

- Poder Vinculado → a lei, ao outorgar determinada competência ao agente público, não deixa nenhuma margem de liberdade para o seu exercício.
- Poder Discricionário → há margem de liberdade para o agente público; o agente poderá fazer o seu juízo de conveniência e oportunidade e decidirá com base no mérito administrativo, devendo haver razoabilidade e proporcionalidade.
- Poder Hierárquico → é quando há subordinação entre órgãos e agentes administrativos, por exemplo, distribuição de funções internamente (Secretário > Gerente > Chefe de Serviço). Esse poder permite a edição de atos normativos de comando interno (ordinatórios), dar ordens, fiscalizar, aplicar sanções, delegar e avocar funções.
 - delegação
 - atribui-se competência a um terceiro;
 - pode ocorrer independente de hierarquia;
 - em regra, pode ser perfeitamente realizável, somente quando há alguma vedação legal é que não é permitida a delegação.
 - avocação
 - atrai para si determinada competência de um subordinado;
 - é necessário existir hierarquia (fruto do poder hierárquico);
 - somente é cabível em casos excepcionais.
- Poder Disciplinar → poder/dever de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração (tome nota que punir um particular sem relação com a Administração é referente ao poder de polícia, e não disciplinar). Esse poder alcança servidores públicos

POLÍCIA CIVIL

e particulares com vínculo com a Administração. É um poder que possui características de vinculação (dever de apurar e punir a infração), porém, também há traços discricionários, como, por exemplo, graduar a multa (é 20 ou 30%?). Exige a concessão de contraditório e ampla defesa.

- Poder Regulamentar → prerrogativa conferida à Administração Pública para editar edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação (exemplo: editar decretos autônomos).
- Poder Normativo → capacidade normativa da Administração Pública, envolvendo não só a competência do Chefe do Poder Executivo para editar decretos regulamentares, mas também a competência das demais autoridades administrativas para a edição dos mais diversos tipos de normas administrativas (resoluções, instruções, decretos etc.; é um poder mais amplo, engloba o poder regulamentar);
- Poder Normativo x Regulamentar → normativo (amplo; atos gerais/abstratos; Chefe do Executivo, Ministros, Secretários, outras autoridades) x regulamentar (estrito; Chefe do Executivo; decretos autônomos);
- Poder de Polícia → atividade normativa e concreta da Administração Pública para condicionamento e restrição de direitos em prol da coletividade; atributos: DiCA (Discricionariedade: liberdade para definir quem será fiscalizado e, em certos casos, para definir o conteúdo da sanção; Coercibilidade: possibilidade de impor as decisões de forma coativa; Autoexecutoriedade: prerrogativa de executar as decisões sem precisar de ordem ou autorização judicial).

Agora, vamos às alternativas:

a) Poder **hierárquico** ocorre quando há a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores.

ERRADO. O trecho-chave aqui é “punir internamente... servidores”. Ora, como vimos, cuida-se do poder disciplinar.

b) Poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

CERTO. Perfeito, cuida-se de um dos conceitos do poder hierárquico. Ele prediz uma hierarquia e, como tal, organiza e distribui funções entre as entidades despersonalizadas (órgãos).

• Poder Hierárquico → é quando há subordinação entre órgãos e agentes administrativos, por exemplo, distribuição de funções internamente (Secretário > Gerente > Chefe de Serviço). Esse poder permite a edição de atos normativos de comando interno (ordinatórios), dar ordens, fiscalizar, aplicar sanções, delegar e avocar funções.

c) Poder **regulamentar** tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

ERRADO. Entendemos que se trata de um desdobramento do poder hierárquico, e não do poder regulamentar. Este é uma prerrogativa conferida à Administração Pública para editar edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação (exemplo: editar decretos autônomos).

d) Poder **Revisional** é o poder de avocar, delegar ou conferir a outrem, da própria Administração Pública, seus poderes originais.

ERRADO. Novamente, mais uma atribuição do poder hierárquico, como vimos em nosso breve resumo.

- delegação
 - atribui-se competência a um terceiro;
 - pode ocorrer independente de hierarquia;
 - em regra, pode ser perfeitamente realizável, somente quando há alguma vedação legal é que não é permitida a delegação.

- avocação
 - atrai para si determinada competência de um subordinado;
 - é necessário existir hierarquia (fruto do poder hierárquico);
 - somente é cabível em casos excepcionais.

e) Poder **hierárquico** deve detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei. É um poder inerente do Chefe do Executivo.

ERRADO. Aqui, sim, temos o poder regulamentar, e não o hierárquico. Perceba que o examinador inverteu os poderes nas letras C e E.

O gabarito é, então, a letra B.

Gabarito: B

34. São, respectivamente, princípios da administração pública que propiciam: a) conhecimento público dos atos administrativos, oportunizado a utilização de mecanismos de controle, quando necessários à adequação do ato ao contexto da legalidade e da moralidade; e b) atos administrativos com conteúdo impessoal e que visam alcançar não a satisfação de interesses pessoais ou privados, mas estejam sempre voltados ao alcance coletivo:

- A) moralidade e publicidade.
- B) legalidade e impessoalidade.
- C) publicidade e impessoalidade.
- D) impessoalidade e eficiência.
- E) moralidade e legalidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Princípios da Administração Pública.

Caro aluno, solicita-se de você o conhecimento do assunto Princípios da Administração Pública, que podem estar, ou não, expressos no texto constitucional. Vamos fazer uma breve revisão? O assunto é de suma importância, você não pode perder pontos aqui, beleza?

→ **Princípios constitucionais expressos (LIMPE, caput do art. 37 da CF/88)**

- Legalidade;
 - subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.
- Impessoalidade;
 - os atos da administração devem perseguir o interesse público;
 - faz decorrer o princípio da isonomia ou igualdade → exige-se tratamento igual aos que estão sem

POLÍCIA CIVIL

situações semelhantes e tratamento diferenciado aos que estão em situações desiguais;

- veda a autopromoção → a publicidade dos órgãos e entidades devem ter cunho público social, e não o fim de promover autoridades.
- Moralidade;
 - exige-se a atuação ética, honesta, pautada na boa-fé e nos bons costumes;
 - dele decorre a vedação ao nepotismo (súmula vinculante 13);
 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- Publicidade;
 - exige-se a transparência dos atos da administração;
 - não é absoluto → pode ser mitigado por conta de sigilo para segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal;
 - dele decorrem → direito de petição; emissão de certidões; divulgações de ofício;
 - pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?
- Eficiência;
 - é o princípio mais recente dentre os supracitados;
 - exige-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).

→ Princípios implícitos

- Razoabilidade e proporcionalidade;
 - Evitar exageros ou limitações desnecessárias;
 - Limitação da discricionariedade administrativa;
 - Permite o controle judicial dos atos administrativos.
- Controle ou tutela;
 - Controle da administração direta sobre a indireta (sem hierarquia, controle por vinculação).
- Autotutela;
 - a administração pode revogar quando inconvenientes ou inoportunos (faculdade não está obrigada); mas deve anular os atos ilegais (obrigação).
- Motivação;
 - Na edição do ato, faz-se necessária a indicação dos fundamentos de fato e de direito.
- Continuidade dos serviços públicos;
 - serviços públicos não devem ser interrompidos, salvo situações excepcionais;
 - limita o direito de greve;
 - limita a exceção do contrato não cumprido (“a administração não me pagou, então, não vou prestar o serviço”);

POLÍCIA CIVIL

- é importante observar que o serviço pode, sim, ser interrompido nos casos de emergência, manutenção ou falta de pagamento de fatura (cortou a sua luz por ausência de pagamento, não há, em regra, problema).
- Contraditório e ampla defesa;
 - contraditório: tomar conhecimento das alegações da parte, possibilidade de contrapor as alegações, capacidade de influenciar na decisão;
 - ampla defesa: direito de alegar e provar o que alega, utilização de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedação ao cerceamento do direito de defesa.
- Especialidade;
 - decorre a descentralização administrativa → administração indireta.
- Segurança jurídica;
 - busca-se a estabilidade das relações jurídicas já consolidadas;
 - busca-se a boa-fé e a confiança do administrado perante à administração;
 - dele decorrem os institutos da prescrição e decadência.

→ Superprincípios (pilares da Administração Pública)

- Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;
 - estabelece que o interesse público, ou seja, o bem comum da coletividade, deve prevalecer em caso de conflito com os interesses individuais. Ele justifica o poder especial que o Estado possui para, por exemplo, desapropriar bens privados, limitar liberdades individuais ou interferir em atividades econômicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social.
- Princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - os agentes públicos não são donos dos bens, direitos ou interesses públicos, mas meros gestores e, por isso, não podem dispor livremente deles. A Administração Pública deve sempre atuar em conformidade com a lei e com as finalidades públicas, ou seja, não pode abrir mão de interesses da coletividade nem fazer concessões que prejudiquem o bem comum.

Em resumo, vejamos os princípios correlacionados com os itens a) e b) do enunciado da questão:

a) conhecimento público dos atos administrativos, oportunizando a utilização de mecanismos de controle, quando necessários à adequação do ato ao contexto da legalidade e da moralidade.

→ propiciar conhecimento público → **princípio da publicidade.**

b) atos administrativos com conteúdo impessoal e que visam alcançar não a satisfação de interesses pessoais ou privados, mas estejam sempre voltados ao alcance coletivo.

→ propiciar impessoalidade → **princípio da impessoalidade.**

Dessa forma, o gabarito encontra-se na letra C.

Gabarito: C

35. A ordem social brasileira fundamenta-se no primado do trabalho, de forma a proporcionar o bem-estar e a justiça social à população. Marque a alternativa que contempla a ordem social, quando a Constituição Federal trata da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

- A) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. O casamento e a união estável têm efeitos civis, sendo os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal exercidos igualmente pelo homem, mulher e filhos maiores de 18 (dezoito) anos.
- B) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de um ano.
- C) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em casas de repouso, e aos maiores de setenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- D) Os pais têm o dever de assistir, criar os filhos menores. O Estado tem o dever de educar os menores. E os filhos, em qualquer idade, têm o dever de ajudar e amparar os pais, em qualquer tempo, independentemente de carência ou enfermidade.
- E) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Família, Criança, Adolescente e Idoso, nos termos dos arts. 226 a 230 da Constituição Federal.

A ordem social brasileira fundamenta-se no primado do trabalho, de forma a proporcionar o bem-estar e a justiça social à população. Nesse sentido, vejamos as alternativas:

a) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. O casamento e a união estável têm efeitos civis, sendo os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal exercidos igualmente pelo homem, mulher **e filhos maiores de 18 (dezoito) anos.**

ERRADO. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Não há, no diploma constitucional, “filhos maiores de 18 (dezoito) anos”; o examinador tirou essa parte da cartola, rsrs. Veja a redação do § 5º do art. 225 da Carta Magna:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente **pelo homem e pela mulher.** [destacou-se]

b) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, **após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de um ano.**

ERRADO. No § 6º do art. 226, não consta a vinculação de prévia separação judicial para a dissolução do casamento civil

pelo divórcio.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

c) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente **em casas de repouso**, e aos maiores de setenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

ERRADO. Em verdade, os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus respectivos lares, e não em casas de repouso.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente **em seus lares**. [destacou-se]

d) Os pais têm o dever de assistir, criar os filhos menores. ~~o Estado tem o dever de educar os menores~~. E os filhos, **em qualquer idade**, têm o dever de ajudar e amparar os pais, em qualquer tempo, independentemente de carência ou enfermidade.

ERRADO. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Isso é o que dispõe o *caput* do art. 229 da Constituição.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

e) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

CERTO. Finalmente, o nosso gabarito. Cuida-se de literalidade do *caput* do art. 227 da Carta Magna.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O gabarito é, portanto, a letra E.

Gabarito: E

36. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- A) Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e Polícias Cíveis, tão somente.
- B) somente pela Polícia Federal, Polícias Cíveis e Polícias Militares.
- C) Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, tão somente.
- D) Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e Ministério Público.
- E) Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, tão somente.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Segurança Pública.

Aqui, temos um assunto que você não pode vacilar. Concurseiro, o art. 144 da CF/88 deve estar no seu sangue, se o seu concurso for da área policial. Não vacile, os dispositivos são relativamente tranquilos.

Ressaltamos que, conforme a EC nº 104/2019, as polícias penais federal, estaduais e distrital foram incluídas no rol do art. 144, o que torna essa questão “desatualizada”. No entanto, ela ainda é oportuna e vamos respondê-la, beleza? A princípio, façamos uma breve leitura do art. 144 e seus incisos I a VI:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias cíveis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. → acrescentado pela EC nº 104/2019

Dessa forma, à época, o gabarito era a letra E; no entanto, o “tão somente”, hoje, invalidaria essa assertiva, beleza?

Gabarito: E

37. Formas de Estado, Sistema, Forma e Regime de governo, são fundamentais para a existência de um Estado propriamente dito. Diante das alternativas a seguir, marque a CORRETA.

- A) Em países de regime parlamentarista, como no Brasil, o Chefe de Estado é o Ministro das Relações Internacionais e o Chefe de Governo é o Presidente da República, que tem como função precípua representar o Estado Federal na comunidade internacional e da unidade do Estado, em nível interno.
- B) O Brasil adota um sistema de governo presidencialista, no qual o principal representante do Executivo é o presidente da República, que desempenha o papel de chefe de Estado e de Governo.
- C) A Forma de Governo relaciona-se com o modo como interagem o Poder Executivo e o Poder Legislativo nas funções governamentais. São formas de governo o Presidencialismo e o Parlamentarismo.
- D) Têm-se como Forma de Governo um conjunto de instituições políticas, por meio das quais um Estado se organiza, a fim de exercer seu poder sobre a sociedade. A Forma de Governo pode assumir Confederação, Estado Unitário ou Federação.
- E) No Brasil, o Regime de Governo é a democracia, tendo um poder central exercido por um Presidente, que reparte sua governança entre os Estados Federados.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo. Vamos fazer uma revisão acerca da organização e estrutura do Estado.

- Forma de Governo:
 - república;
 - monarquia.
- Sistema de Governo:
 - presidencialismo;
 - parlamentarismo.
- Forma de Estado:
 - unitário;
 - federação.
- Regime Político:
 - democracia;
 - monarquia.

Em relação à **forma de governo**, o Brasil adotou a forma de **república**. Lembre-se: República Federativa do Brasil (RFB). Na república, o chefe de Estado é eleito por um período determinado (mandato limitado). Não há o caráter hereditário, vale dizer, elege-se o chefe. Na monarquia, por sua vez, o chefe de Estado é um monarca, possui cargo vitalício e chegou a esse posto por hereditariedade, passando de geração em geração.

No que tange ao **sistema de governo**, o Brasil adotou o **presidencialismo**. Neste, o chefe de Estado e o chefe de Governo são a mesma pessoa, qual seja, o presidente. Há independência em relação ao legislativo, não dependendo da confiança deste para permanecer no cargo (afinal, possui um mandato). Há uma clara separação entre os poderes

(legislativo, executivo e judiciário).

No parlamentarismo, o chefe de Estado e chefe de Governo são pessoas distintas. O chefe de Estado pode ser um presidente, caso a forma de governo seja de república, ou um monarca, no caso de monarquia. O chefe de Governo é do parlamento, o primeiro-ministro.

Por fim, no concernente à **forma de estado**, o Brasil adotou a forma **federativa**. Nesta, o poder político é dividido entre um governo central (União) e entidades territoriais autônomas (GO, ES, BA, RJ, Goiânia, Vitória, Salvador, Rio de Janeiro...). Há descentralização política, autonomia das unidades federativas, cooperação entre os diferentes níveis de governo. No estado unitário, o poder político é centralizado em um único governo central. As porções territoriais não têm autonomia política. O exemplo é os Estados Unidos.

A ciência política afirma que a forma federativa derivou de um movimento **centrífugo** (poder parte do centro para as várias unidades territoriais, descentralizando) e o estado unitário deriva de um movimento **centrípeto**, concentrando o poder na unidade central.

a) Em países de regime parlamentarista, **como no Brasil**, o Chefe de Estado é o Ministro das Relações Internacionais e o **Chefe de Governo é o Presidente da República**, que tem como função precípua representar o Estado Federal na comunidade internacional e da unidade do Estado, em nível interno.

ERRADO. No Brasil, o sistema de governo é o presidencialismo. Neste, o chefe de Estado e o chefe de Governo são a mesma pessoa, qual seja, o presidente. Há independência em relação ao legislativo, não dependendo da confiança deste para permanecer no cargo (afinal, possui um mandato). Há uma clara separação entre os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

No parlamentarismo, o chefe de Estado e chefe de Governo são pessoas distintas. O chefe de Estado pode ser um presidente, caso a forma de governo seja de república, ou um monarca, no caso de monarquia. O chefe de Governo é do parlamento, o primeiro-ministro. Veja que a questão fala, erroneamente, que o chefe de Governo seria o Presidente da República, quando, na verdade, é o Primeiro-Ministro.

b) O Brasil adota um sistema de governo presidencialista, no qual o principal representante do Executivo é o presidente da República, que desempenha o papel de chefe de Estado e de Governo.

CERTO. Perfeito. No Brasil, o sistema de governo é o presidencialismo. Neste, o chefe de Estado e o chefe de Governo são a mesma pessoa, qual seja, o presidente. Há independência em relação ao legislativo, não dependendo da confiança deste para permanecer no cargo (afinal, possui um mandato). Há uma clara separação entre os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

c) A Forma de Governo relaciona-se com o modo como interagem o Poder Executivo e o Poder Legislativo nas funções governamentais. São formas de governo o **Presidencialismo e o Parlamentarismo**.

ERRADO. Presidencialismo e Parlamentarismo representam o Sistema de Governo. Formas de Governo representam:

- Forma de Governo:
 - república;
 - monarquia.

Em relação à **forma de governo**, o Brasil adotou a forma de **república**. Lembre-se: República Federativa do Brasil (RFB). Na república, o chefe de Estado é eleito por um período determinado (mandato limitado). Não há o caráter hereditário, vale dizer, elege-se o chefe. Na monarquia, por sua vez, o chefe de Estado é um monarca, possui cargo vitalício e chegou a esse posto por hereditariedade, passando de geração em geração.

d) Têm-se como Forma de Governo um conjunto de instituições políticas, por meio das quais um Estado se organiza, a fim de exercer seu poder sobre a sociedade. **A Forma de Governo pode assumir Confederação, Estado Unitário ou Federação.**

ERRADO. Forma de Governo:

- república;
- monarquia.

Em relação à **forma de governo**, o Brasil adotou a forma de **república**. Lembre-se: República Federativa do Brasil (RFB). Na república, o chefe de Estado é eleito por um período determinado (mandato limitado). Não há o caráter hereditário, vale dizer, elege-se o chefe. Na monarquia, por sua vez, o chefe de Estado é um monarca, possui cargo vitalício e chegou a esse posto por hereditariedade, passando de geração em geração.

- Forma de Estado:
 - unitário;
 - federação.

No concernente à **forma de estado**, o Brasil adotou a forma **federativa**. Nesta, o poder político é dividido entre um governo central (União) e entidades territoriais autônomas (GO, ES, BA, RJ, Goiânia, Vitória, Salvador, Rio de Janeiro...). Há descentralização política, autonomia das unidades federativas, cooperação entre os diferentes níveis de governo. No estado unitário, o poder político é centralizado em um único governo central. As porções territoriais não têm autonomia política. O exemplo é os Estados Unidos.

e) No Brasil, o Regime de Governo é a democracia, **tendo um poder central exercido por um Presidente, que reparte sua governança entre os Estados Federados.**

ERRADO. De fato, no Brasil, adota-se a democracia. No entanto, o item peca ao mencionar “poder central”, que é típico de estados unitários, e não federados, como é o caso do Brasil.

O gabarito é a letra B, portanto.

Gabarito: B

38. Pode-se afirmar que Nacionalidade é o vínculo jurídico que se estabelece entre um indivíduo e o Estado, pelo qual aquele se torna parte integrante do povo deste. Acerca da Nacionalidade, marque a alternativa CORRETA.

- A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, desde que não atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- B) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- C) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- D) São brasileiros natos todos os que nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- E) Em nenhuma hipótese será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Nacionalidade.

Para resolver a questão com facilidade, caro aluno, você precisa ter em mente os conceitos do art. 12 da CF/88.

Façamos a leitura:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Dessa forma, segue-se:

- Brasileiros natos
 - nasceu na RFB de pais estrangeiros que não estavam a serviço de seu país (se estivessem, poderia ser brasileiro naturalizado);
 - nasceu no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira (basta um) estando eles a serviço da RFB (aqui é nato de forma automática);
 - nasceu no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira (basta um) não estando eles a serviço da RFB (aqui será necessário o registro na repartição brasileira ou, quando vier a residir no Brasil, após a maioridade, optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira).
- Brasileiro naturalizado
 - os que, na forma da lei, adquiriram essa nacionalidade;
 - para os originários de países de língua portuguesa, exige-se apenas residência ininterrupta por um ano e idoneidade moral.
 - estrangeiros de qualquer nacionalidade que residem na RFB há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal (precisam requerer)

Art. 12 (...)

§ 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assim, atualmente as hipóteses de perdas de nacionalidade resumem-se em:

- cancelamento de naturalização;
- pedido expresso de perda de nacionalidade.

A antiga perda de nacionalidade por aquisição de outra não é mais hipótese prevista na CF/88. Vamos às alternativas, após essa breve revisão:

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, **desde que não** atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

ERRADO. É necessário ter atingido a maioridade!

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. [destacou-se]

b) São brasileiros **natos** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

ERRADO. Definiu-se o conceito de brasileiros naturalizados:

Art. 12. São brasileiros:

(...)

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral. [destacou-se]

c) São brasileiros **natos** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

ERRADO. Definiu-se o conceito de brasileiros naturalizados:

Art. 12. São brasileiros:
(...)
II - naturalizados:
(...)
b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. [destacou-se]

d) São brasileiros natos todos os que nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

CERTO. Perfeito, conforme o art. 12, inc. I, al. a, da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:
I - natos:
a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

e) **Em nenhuma hipótese** será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato.

ERRADO. Pode, sim, conforme inc. II do § 4º do art. 12 da CF/88:

Art. 12 (...)
§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
(...)
II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

O gabarito encontra-se na letra D.

Gabarito: D

39. Maria, propositadamente, deixa aberta a porta da casa em que é empregada doméstica, permitindo que Fausto subtraia bens do imóvel, uma tela de pintor renomado e jóias de família. Romero vê, se aproveita da situação, e resolve aderir ao intento de Fausto, subtraindo, também, os objetos da residência, um porta revistas de metal e um conjunto de copos de vidro. Diante deste caso, é **CORRETO** afirmar:

A) Quando há participação de dois ou mais agentes no cometimento do mesmo crime, a pena será a mesma para todos, não importando, o grau de maior ou menor participação.

- B) Ficou configurado o concurso de pessoas, em razão do reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.
- C) Caso Romero apenas tivesse estimulado Fausto ao cometimento do crime, não haveria concurso de pessoas, pois não há o que se falar em concorrência, quando uma pessoa comete uma conduta atípica e a outra, comete conduta típica, embora concorram para o mesmo resultado.
- D) Maria não poderá responder pelo concurso de pessoas, uma vez que Maria apenas deixou a porta da casa aberta para Fausto, e este foi quem subtraiu os bens juntamente com Romero.
- E) No caso, não há o que se falar em concurso de agentes, uma vez que não houve prévio ajuste entre os mesmos. Afinal, Fausto e Romero nem se conheciam.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o **concurso de pessoas** no Direito Penal, tema regido principalmente pelos arts. 29 a 31 do Código Penal (CP). Nessa situação hipotética, verifica-se que **todos os envolvidos** contribuíram de alguma forma para a prática do mesmo delito (subtração de bens), mesmo que não tenha havido ajuste prévio entre eles.

A resposta correta, conforme veremos ao analisar as alternativas, é a **letra (B)**, pois descreve corretamente a configuração do concurso de pessoas no caso concreto.

Vamos, então, **analisar cada uma das alternativas** e compreender o porquê do acerto ou do erro, reforçando o conteúdo jurídico.

(A) A alternativa A está INCORRETA, porque afirma que, quando há participação de dois ou mais agentes no cometimento do mesmo crime, a pena será necessariamente a mesma para todos.

Em **Direito Penal**, vigora a chamada **Teoria Monista** (art. 29 do CP), segundo a qual quem concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas. Entretanto, esse mesmo dispositivo prevê que a pena será dosada **na medida da culpabilidade de cada agente**, podendo ser diferente, a depender do grau de participação.

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Assim, a lei admite **redução de pena** para a participação de menor importância (§1º do art. 29 do CP) ou aplicação de pena com causas de aumento/diminuição específicas, conforme o caso.

Conclusão: Não é correta a ideia de que todos receberão a mesma pena de modo automático; cada concorrente responde na medida de sua reprovabilidade.

(B) A alternativa B está CORRETA, porque reconhece o concurso de pessoas ao afirmar que houve a prática do mesmo crime por todos os agentes.

O concurso de pessoas exige, como requisitos básicos: (1) pluralidade de agentes; (2) relevância causal das condutas; (3) identidade de infração (todos concorrem para o mesmo tipo penal); e (4) liame subjetivo (ainda que por adesão posterior, sem necessidade de ajuste prévio).

REQUISITO	DESCRIÇÃO APLICADA À QUESTÃO
Pluralidade de agentes	Houve três agentes: Maria (facilitadora), Fausto (autor inicial do furto) e Romero (que aderiu posteriormente).
Relevância causal da colaboração	A conduta de cada um contribuiu para o resultado criminoso: Maria garantiu o acesso ao imóvel, Fausto iniciou o furto e Romero se aproveitou da situação para também subtrair bens.
Vínculo subjetivo (liame subjetivo)	Embora não tenha havido ajuste prévio entre Fausto e Romero, este último aderiu voluntariamente à conduta criminosa, o que configura a unidade de desígnios necessária para o concurso de pessoas.
Identidade de infração penal	Todos os agentes concorreram para a mesma infração penal (furto), ainda que tenham desempenhado papéis distintos.
Existência de fato punível	O furto foi consumado, logo, todos os agentes podem ser responsabilizados nos termos do art. 29 do CP.

No caso, **Maria** facilitou o acesso (deixou a porta aberta), **Fausto** subtraiu os bens valiosos e **Romero** aderiu posteriormente para também subtrair objetos. Mesmo sem um acordo inicial formal, todos contribuíram para o mesmo delito contra o patrimônio (furto ou eventual qualificadora se cabível), havendo nexos entre as condutas.

Conclusão: A letra (B) expressa corretamente a configuração do concurso de pessoas, pois todos praticam a mesma infração.

(C) A alternativa C está INCORRETA, porque sustenta que não haveria concurso de pessoas se Romero apenas tivesse estimulado Fausto a cometer o crime.

De acordo com o art. 29 do CP, a participação pode ser **moral (instigação ou induzimento)** ou **material (fornecer instrumentos, auxílio físico etc.)**. Caso o delito seja praticado ou ao menos tentado, quem instiga ou estimula a conduta também responde pelo crime, enquadrando-se como **partícipe**.

Dessa forma, mesmo que Romero apenas “reforçasse” a ideia criminosa, **haveria concurso de pessoas**, pois a instigação é considerada forma de concorrência moral.

Conclusão: A justificativa de que instigação isoladamente afastaria o concurso de pessoas é equivocada.

(D) A alternativa D está INCORRETA, porque afirma que Maria não pode responder por concurso de pessoas, uma vez que “apenas” deixou a porta aberta.

A conduta de **facilitar voluntariamente o acesso** ao local do crime constitui participação material. Basta que o agente preste auxílio efetivo para a consumação do delito, ainda que não pratique o núcleo do tipo penal (no caso, “subtrair”). O art. 29 do CP abrange **qualquer modo** de concorrência para o crime. Assim, Maria também responde pelo furto, pois atuou conscientemente para viabilizá-lo.

Conclusão: O fato de não ter executado diretamente a subtração não a exime de responsabilidade.

(E) A alternativa E está INCORRETA, porque condiciona a existência do concurso de pessoas a um prévio ajuste entre

os agentes, alegando a necessidade de que eles se conhecessem.

A lei e a doutrina entendem que **basta a adesão posterior** à prática criminosa para configurar o concurso. Não é necessário acordo formal ou prévio para que surja o liame subjetivo; é suficiente que cada agente participe sabendo da conduta delituosa dos demais, ainda que de improviso.

No caso concreto, Romero não conhecia Fausto, mas aproveitou a oportunidade e **aderiu à empreitada** criminosa. Essa adesão imediata já constitui concurso de pessoas.

Conclusão: A ausência de ajuste prévio ou de conhecimento mútuo não impede o reconhecimento do concurso de agentes.

Gabarito: B

40. São considerados crimes contra a pessoa, EXCETO:

- A) Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.
- B) Matar alguém.
- C) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.
- D) Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque.
- E) Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.

COMENTÁRIO:

Essa questão versa sobre **crimes contra a pessoa**, tema localizado no **Título I** da Parte Especial do Código Penal, que abrange crimes que atentam contra bens jurídicos como a vida, a integridade física, a honra e a liberdade individual, entre outros.

O enunciado pergunta: “São considerados crimes contra a pessoa, **EXCETO:**”, o que nos levaria a procurar alguma conduta que **não** estivesse incluída no rol de crimes contra a pessoa. Entretanto, ao analisarmos cada alternativa, percebemos que **TODAS** as condutas elencadas efetivamente integram o **Título I** do Código Penal (Crimes contra a Pessoa).

Desse modo, **não há resposta correta** que atenda ao comando “EXCETO”, pois **todas** as alternativas tratam de crimes contra a pessoa. Em muitos casos, questões assim são **anuladas** pelas bancas examinadoras.

Vamos analisar cada alternativa para demonstrar onde se enquadra no Código Penal Brasileiro.

(A) A alternativa A está INCORRETA, pois **não** é a exceção pedida.

Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça está previsto no **art. 122** do Código Penal, inserido no Capítulo I (Dos Crimes contra a Vida), que, por sua vez, pertence ao **Título I (Dos Crimes contra a Pessoa)**. Logo, trata-se, sim, de crime contra a pessoa.

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-

POLÍCIA CIVIL

lhe auxílio material para que o faça:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Conclusão: Como está efetivamente no rol dos crimes contra a pessoa, não pode ser considerada exceção.

(B) A alternativa B está INCORRETA, pois **não** é a exceção pedida.

Matar alguém corresponde ao crime de **homicídio** (art. 121, CP), o qual também se insere no Capítulo I (Dos Crimes contra a Vida), dentro do Título I (Dos Crimes contra a Pessoa).

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Conclusão: É inequívoco que o homicídio é um crime contra a pessoa.

(C) A alternativa C está INCORRETA, pois **não** é a exceção pedida.

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda corresponde ao **crime de constrangimento ilegal**, tipificado no **art. 146** do Código Penal, Capítulo VI (Dos Crimes contra a Liberdade Individual), também parte do **Título I (Dos Crimes contra a Pessoa)**.

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Conclusão: Embora não esteja no Capítulo I (Dos Crimes contra a Vida), permanece dentro do Título I (Crimes contra a Pessoa). Logo, faz parte do grupo de crimes em análise.

(D) A alternativa D está INCORRETA, pois **não** é a exceção pedida.

Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque é o crime de aborto, previsto no **art. 124** do Código Penal, Capítulo I (Dos Crimes contra a Vida), integrante do Título I (Crimes contra a Pessoa).

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54)

Pena - detenção, de um a três anos.

Conclusão: Novamente, trata-se de um crime contra a pessoa, não podendo ser a resposta que exclui.

(E) A alternativa E está INCORRETA, pois **não** é a exceção pedida.

Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, descreve o crime de **infanticídio**, previsto no **art. 123** do Código Penal, também inserido no Capítulo I (Dos Crimes contra a Vida), dentro do Título I (Crimes contra a Pessoa).

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou

logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Conclusão: Infanticídio é, sem dúvida, crime contra a pessoa. Assim, não pode ser a exceção procurada.

Gabarito: ANULADA

41. Quanto aos Crimes contra o Patrimônio, é CORRETO afirmar:

- A) Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Neste caso, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade: se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
- B) Constitui crime contra o Patrimônio violar direito autoral, bem como subtrair energia elétrica.
- C) Não é admitido, em qualquer dos Crimes Contra o Patrimônio, o agente responder por tentativa, quando por circunstâncias alheias à sua vontade, não conseguiu subtrair a coisa.
- D) A conduta criminosa sempre recairá sobre a coisa alheia móvel ou imóvel.
- E) Subtrair coisa móvel alheia para si, mediante grave ameaça, apresentando uma arma de brinquedo à vítima, a qual acreditava ser uma arma verdadeira, não se configura o crime de roubo.

COMENTÁRIO:

Os crimes contra o patrimônio tutelam a proteção dos bens materiais e interesses econômicos das pessoas. Dentro desse ramo, destacam-se o **crime de furto** (art. 155, CP) e o **crime de roubo** (art. 157, CP), que se diferenciam pela presença (ou não) de violência ou grave ameaça. Outros delitos relevantes incluem dano (art. 163, CP), apropriação indébita (art. 168, CP), estelionato (art. 171, CP) e receptação (art. 180, CP), entre outros.

A questão apresentada aborda, principalmente, o crime de roubo (art. 157 do CP) e algumas especificidades como o aumento de pena quando o agente mantém a vítima em seu poder e a discussão sobre o uso de arma de brinquedo. Também toca em tópicos como a possibilidade de tentativa nos crimes patrimoniais, a distinção entre crimes contra o patrimônio e crimes contra a propriedade imaterial (direito autoral), e a abrangência sobre “coisa alheia” nos delitos patrimoniais.

A seguir, examinaremos cada alternativa em detalhe, demonstrando por que (A) é a opção correta, e as demais, incorretas.

(A) A alternativa A está CORRETA por descrever corretamente uma causa de aumento de pena no crime de roubo. O **roubo** (art. 157, CP) consiste em subtrair coisa móvel alheia mediante **grave ameaça ou violência**. O § 2º, V, do mesmo artigo prevê o aumento de **1/3 até metade** da pena se o agente **mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade**. Essa agravante foi incluída pela Lei 9.426/1996 e não se confunde com sequestro, pois não há finalidade de obter vantagem como resgate.

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou

violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

Portanto, a restrição da liberdade da vítima durante o roubo é uma **qualificadora autônoma**, independente de outros requisitos.

(B) A alternativa B está INCORRETA porque violação de direito autoral não é crime contra o patrimônio. A **violação de direito autoral** está prevista no art. 184, CP, inserido no **Título III (Crimes contra a Propriedade Imaterial)**. Já o furto de energia elétrica (art. 155, § 3º, CP) é, sim, crime contra o patrimônio.

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

DO FURTO

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

TÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Assim, crimes contra o patrimônio (Título II) e contra a propriedade imaterial (Título III) são **categorias distintas**.

(C) A alternativa C está INCORRETA porque a tentativa é admitida na maioria dos crimes contra o patrimônio. Crimes como **furto** e **roubo** são **plurissubsistentes** (exigem múltiplos atos), admitindo tentativa (art. 14, II, CP). Por exemplo: se o agente é surpreendido ao tentar arrombar um carro, responde por **tentativa de furto**.

Exceção: A tentativa não é punível em crimes **unissubsistentes** (ex.: injúria) ou **de mera conduta** (ex.: omissão de socorro).

Portanto, a afirmação de que “não é admitido” contradiz a própria teoria geral do crime, segundo a qual é possível a tentativa sempre que o delito puder ser fracionado em atos preparatórios e executórios distintos

(D) A alternativa D está INCORRETA porque nem sempre o bem é totalmente alheio. No **furto de coisa comum** (art. 156, CP), o agente subtrai bem que possui **posse ou propriedade parcial** (ex.: um

condômino que leva um objeto do condomínio sem autorização dos outros).

Assim, a expressão "coisa alheia" no CP inclui **bens de posse legítima de terceiros**, mesmo que o agente tenha direito parcial sobre eles.

(E) A alternativa E está **INCORRETA** porque o uso de arma de brinquedo **configura roubo**. A **grave ameaça** no roubo depende da **percepção subjetiva da vítima**. Se ela acredita que a arma é real, o crime está consumado (STJ: HC 404.390/SP). Contudo, o uso de simulacro **não majora a pena** (art. 157, § 2º-A, I, CP exige arma **verdadeira**).

Gabarito: A

42. Dentre os crimes praticados contra a Administração Pública, importa em peculato:

- a) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- e) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

COMENTÁRIO:

O tema aborda os **crimes contra a Administração Pública** praticados por funcionário público, particularmente o **peculato** (art. 312 do Código Penal). Conforme visto na legislação e na doutrina, peculato ocorre quando o funcionário público **aprofunda-se no uso indevido de bens ou valores** de que tem posse em razão do cargo, seja para apropriar-se ou desviar esses bens em proveito próprio ou alheio.

Na questão proposta, a resposta **correta** é a **letra (D)**, pois descreve precisamente a conduta do art. 312 do CP: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio”.

A seguir, analisaremos cada alternativa, conectando os conceitos principais com as previsões legais e trazendo observações importantes da aula anexa (Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral).

(A) A alternativa A está **INCORRETA** porque apresenta a conduta de **exigir** vantagem indevida em razão da função pública.

Tal descrição corresponde ao crime de **concussão**, tipificado no art. 316 do Código Penal, em que o funcionário “exige, para si ou para outrem, vantagem indevida”.

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Penal - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

A “exigência” apoia-se no poder inerente ao cargo para pressionar a vítima ao pagamento ou entrega de algo que não lhe é devido.

Portanto, não se trata de peculato, pois aqui não há apropriação ou desvio de bem, mas sim a exigência de vantagem indevida.

(B) A alternativa B está INCORRETA por trazer a conduta de **solicitar ou receber** vantagem indevida (ou aceitar promessa) em razão da função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la.

Esse é o núcleo típico da **corrupção passiva** (art. 317 do CP).

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Penal - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Corrupção passiva difere da concussão basicamente por não haver “exigência” (pressão) sobre a vítima, mas sim o “pedido” ou “aceite” de vantagem indevida.

Não há a apropriação de dinheiro ou valor que já estivesse na posse do agente em razão do cargo, o que afasta a hipótese de peculato.

(C) A alternativa C está INCORRETA porque descreve a conduta de **retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício**, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, por motivo de interesse ou sentimento pessoal.

Tal descrição se ajusta ao crime de **prevaricação** (art. 319 do CP).

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: (Vide ADPF 881)

Penal - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Em **prevaricação**, o funcionário age (ou se omite) para satisfazer interesse pessoal, sem envolver apropriação ou desvio de valores que ele possua em razão do cargo.

Dessa forma, não se configura peculato.

(D) A alternativa D está CORRETA por corresponder fielmente ao **conceito de peculato** (art. 312 do CP).

Consiste em o funcionário público **apropriar-se** de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que detenha posse ou detenção em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio, ou alheio.

POLÍCIA CIVIL

Art. 312 - **Apropriar-se** o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que **tem a posse em razão do cargo**, ou **desviá-lo**, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

A legislação brasileira não se limita a bens públicos: a apropriação de bens particulares confiados ao funcionário também constitui peculato, caso ele os tenha em virtude de sua função.

É justamente essa ideia de “posse decorrente do cargo” que diferencia o peculato de outros crimes, como furto ou estelionato.

É importante destacar que há distintas modalidades de peculato (apenas para ilustrar):

- **Peculato-apropriação:** quando o agente se apropria do bem.
- **Peculato-desvio:** quando o funcionário público dá ao bem destinação diversa, em proveito próprio ou de terceiro.
- **Peculato-furto:** quando não havia posse legítima, mas o servidor subtrai o bem de local ao qual tem acesso facilitado pelo cargo.
- **Peculato culposo:** quando o agente concorre culposamente para que outro pratique o crime, sem intenção de se apropriar ou desviar.

Todos esses aspectos deixam claro que a essência do peculato é a relação funcional entre o agente e o bem, fundamento que justifica a alternativa (D) como correta.

(E) A alternativa E está INCORRETA pois descreve a conduta de **deixar de responsabilizar subordinado** que tenha cometido infração, por indulgência, ou não comunicar o fato à autoridade competente quando não tiver poder para punir.

Essa é a definição de **condescendência criminosa** (art. 320 do CP), caracterizada pela omissão do superior hierárquico por pena ou complacência com o subordinado infrator.

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Não há apropriação ou desvio de bens ou valores, afastando a hipótese de peculato.

Gabarito: D

43. Julgue os itens a seguir acerca da tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

- I - Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.
- II - Extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra a dignidade sexual.
- III - Tipicidade é a conduta típica realizada.
- IV- Para ser culpável, o agente deverá ser imputável.

- A) Somente estão corretos os itens I e II.
- B) Somente estão corretos os itens I e IV.
- C) Somente estão corretos os itens I, II e IV.
- D) Somente estão corretos os itens II e IV.
- E) Todos os itens estão corretos.

COMENTÁRIO:

Nessa questão, o desafio é identificar quais afirmações estão corretas sobre elementos essenciais do Direito Penal: tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade. Lembre-se de que, para que um fato seja considerado crime, ele precisa ser:

- **Típico:** Quando a conduta se encaixa perfeitamente na descrição legal.
 - **Ilícito:** Não há crime quando há excludentes, como o estado de necessidade.
 - **Culpável:** Exige que o agente seja imputável e tenha consciência da ilicitude, além de poder agir de outra forma.
- A resposta correta é que apenas os itens I e IV estão certos (alternativa B). Em vez de analisar cada alternativa individualmente, apresentaremos cada item de forma prática e didática:

ITEM	AFIRMAÇÃO	CORRETO?	EXPLICAÇÃO	BASE LEGAL/JURÍDICA	APRENDIZADO-CHAVE
I	Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade.	Sim	O estado de necessidade é uma causa de exclusão da ilicitude (justifica a conduta). Se configurado, o fato deixa de ser ilícito, eliminando o crime. Exemplo: Quebrar uma janela para salvar alguém de um incêndio.	Art. 23, I do CP	Excludentes de ilicitude: (Legítima defesa, Estado de necessidade, Exercício regular de direito, <i>Stritto</i> cumprimento do dever).
II	Extingue-se a punibilidade pelo casamento do agente com a vítima em crimes sexuais.	Não	Essa causa de extinção da punibilidade foi revogada em 2005 (Lei 11.106/2005). Antes, o art. 107, VII do CP previa o perdão pelo casamento, mas hoje não há mais essa possibilidade .	Art. 107, VII do CP (revogado).	Atualizações legislativas são essenciais. Crimes contra a dignidade sexual exigem proteção absoluta da vítima, sem exceções.

III	Tipicidade é a conduta típica realizada.	Não	Tipicidade é a adequação da conduta ao tipo penal (descrição legal do crime). Já a conduta típica é um elemento do fato típico, que inclui também resultado, nexos causal e dolo/culpa.	Doutrina (ex.: Fernando Capez): " <i>Tipicidade é a subsunção do fato ao tipo descrito.</i> "	Fato típico ≠ Tipicidade: Tipicidade é apenas um dos elementos (formal e material) do fato típico.
IV	Para ser culpável, o agente deverá ser imputável.	Sim	A imputabilidade (capacidade de entender o caráter ilícito) é elemento da culpabilidade . Sem ela (ex.: menor de 18 anos ou doente mental), não há culpabilidade.	Art. 26 do CP	Elementos da culpabilidade: Imputabilidade + Potencial consciência da ilicitude + Exigibilidade de conduta diversa. Sem imputabilidade, não há culpabilidade!

Gabarito: B

44. É possível afirmar que jurisdição é uma das funções do Estado, uma vez que este possui a prerrogativa de dirimir os conflitos de interesses trazidos à sua apreciação. Marque a alternativa que contempla corretamente os princípios da jurisdição:

- A) Investidura: Apenas as autoridades em exercício com investidura, como juízes e delegados, podem exercer o poder jurisdicional.
- B) Substitutividade: Trata do caráter obrigatório de submissão das partes à decisão do magistrado. Não podem as partes se recusarem a cumprir aquilo que foi determinado pelo Estado na figura do juiz.
- C) Inafastabilidade: O juiz pode se recusar a prolatar decisão desde que fundamente, devidamente, o motivo da recusa.
- D) Devido Processo Legal: O cidadão tem o direito de percorrer o trâmite legal do processo em todas as suas etapas e dispor de todos os tipos de defesa nos termos da lei.
- E) Juízo ad hoc: No Direito Processual Penal é possível, em causas específicas, o réu ser julgado por um juízo ad hoc, nomeado para a causa.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda os princípios da jurisdição.

Julguemos as assertivas:

a) INCORRETA. O princípio da investidura prescreve que a jurisdição deve ser exercida por alguém devidamente investido na função de juiz ou árbitro. No caso dos magistrados, isso se dá, via de regra, por meio de concurso público de provas

e títulos, conforme art. 93 da CR/88: “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: I - **ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação**”. Além disso, delegados não podem exercer o poder jurisdicional, pois a eles compete a presidência do inquérito policial, que consiste em um procedimento meramente administrativo.

b) INCORRETA. A substitutividade é o princípio que indica que a decisão do juiz (a vontade do Estado) substitui a vontade das partes, resolvendo o conflito entre elas. O caráter obrigatório que impede as partes de se recusarem a cumprir a decisão do juiz deriva do princípio da inevitabilidade da jurisdição.

c) INCORRETA. A inafastabilidade da jurisdição está prevista no art. 5º, XXXV, da CF: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

d) CORRETA. O devido processo legal está previsto no art. 5º, LIV da CR88: “LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens **sem o devido processo legal**”. A ampla defesa e o contraditório são corolários do princípio do devido processo legal e também constituem direitos fundamentais do cidadão: “LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

e) INCORRETA. A Constituição veda expressamente os tribunais de exceção, isto é, aqueles nos quais há um juízo “ad hoc”: “XXXVII - **não haverá juízo ou tribunal de exceção**”.

Gabarito: D

45. No que diz respeito à Ação Penal, marque a alternativa CORRETA.

- A) As Ações Penais Públicas Condicionadas, dependem do ofendido, nos casos de representação e do Ministro da Justiça, nos casos de requisição.
- B) A Ação Penal Pública poderá ser proposta pelo Ministério Público, por advogado público ou particular.
- C) Apenas a Ação Penal Pública Incondicionada poderá ser proposta pelo Ministério Público.
- D) A ação de iniciativa privada se diferencia da ação pública, no que tange ao direito de agir, uma vez que, o direito de ação e a própria ação passam a ser de natureza privada.
- E) A titularidade da ação privada personalíssima é exclusiva ao ofendido e ao seu representante legal.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda o tema da Ação Penal.

Analisemos as assertivas:

a) CORRETA. Este é o gabarito conforme literalidade do art. 24 do Código de Processo Penal: “Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, **de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido** ou de quem tiver qualidade para representá-lo.”

Nas ações penais públicas, o ofendido representa e o Ministro da Justiça requisita.

b) INCORRETA. O titular da ação penal pública é APENAS O MINISTÉRIO PÚBLICO, conforme a CR/88: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - **promover, privativamente**, a ação penal pública, na forma da lei;”

c) INCORRETA. Não só a ação penal pública incondicionada, mas também a ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça: “Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.”

d) INCORRETA. Alguns candidatos podem ter se escorregado nessa alternativa por um detalhe conceitual. O direito de ação é meramente o direito subjetivo do indivíduo de exigir do Estado a prestação jurisdicional. A ação propriamente dita é o instrumento, o ato jurídico que provoca efetivamente o Estado-Juiz. Nas lições de Renato Brasileiro:

“Não se pode confundir o direito de ação com a ação, propriamente dita. **Direito de ação é o direito de se exigir do Estado o exercício da jurisdição. Ação, todavia, é o ato jurídico, ou mesmo a iniciativa de se ir à justiça, em busca do direito, com efetiva prestação da tutela jurisdicional, funcionando como a forma de se provocar o Estado a prestar a tutela jurisdicional.** (Manual de Direito Processual Penal. Volume único. 4ª ed. rev. ampl. atual. Juspodivm, 2017)”

e) INCORRETA. A ação penal personalíssima só pode ser intentada pela vítima. Há uma legitimidade exclusiva. A doutrina aponta somente o exemplo do art. 236 do Código Penal:

“Art. 236 - Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único - A ação penal depende de queixa do contraente enganado e não pode ser intentada senão depois de transitar em julgado a sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento.”

Gabarito: A

46. Acerca das provas no Direito Processual Penal, é CORRETO afirmar:

- A) que logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local e apreender os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- B) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- C) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, devendo o juiz ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.
- D) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer. O juiz, porém, deverá, obrigatoriamente, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- E) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda o tema das provas em Direito Processual Penal.

Julguemos as alternativas:

- a) INCORRETA. Não depende de conveniência, pois se trata de uma obrigação imposta ao delegado: “Art.

6°. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial **deverá**: I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais”.

b) CORRETA. É a literalidade do art. 157 do CPP: “Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. § 1º São também inadmissíveis **as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras**”.

c) A banca apontou como INCORRETA, mas a alternativa está apenas incompleta. Veja: “Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: I – ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, **observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida**”. Note que a omissão da parte final do dispositivo não torna errada a afirmação da alternativa.

d) INCORRETA. Nesta, sim, há um erro expresso, pois isso não é obrigatório, e sim facultado ao juiz: “Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, **facultado ao juiz** de ofício: II – determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante”.

e) INCORRETA. Novamente, aqui há uma incompletude da assertiva, mas, diferentemente do que houve na alternativa C, essa incompletude gera um erro. Veja: “Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova **produzida em contraditório judicial**, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Veja que não é qualquer prova a que pode embasar a convicção do juiz, mas apenas aquelas produzidas sob o crivo do contraditório judicial (via de regra). A banca declarou a B como o gabarito oficial, mas entendo que essa questão deveria ter sido anulada, pelo fato de a C também estar correta (embora incompleta). Todavia, sabemos que as bancas nem sempre anulam as questões, razão pela qual o candidato, diante de uma situação assim, deve sempre optar pela alternativa mais completa.

Gabarito do professor: Anulada.

Gabarito: B

47. Quanto à prisão em flagrante é CORRETO, de acordo com o Código de Processo Penal, afirmar:

- A) é possível a prisão em flagrante àquele que é perseguido pela autoridade, independente de presunção acerca da autoria da infração.
- B) qualquer do povo, as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- C) a falta de testemunhas da infração impede o auto de prisão em flagrante.
- D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, em um prazo de 48h (quarenta e oito horas) ao juiz competente, ao Ministério Público, em um prazo de até 05 (cinco) dias e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, imediatamente.

E) qualquer do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

COMENTÁRIO:

Questão que trata do tema da prisão em flagrante.

Vejamos nossas opções de resposta:

a) INCORRETA. Essa forma de flagrante (impróprio) depende, sim, da presunção de autoria: “Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, **em situação que faça presumir ser autor da infração**”.

b) INCORRETA. Qualquer do povo poderá, mas as autoridades DEVEM prender o flagrantado: “Art. 301. Qualquer do povo poderá e **as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito**”

c) INCORRETA. Essa falta não impede, conforme art. 304, § 2º do CPP: “§ 2º **A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.**”

d) INCORRETA. A comunicação deve ser IMEDIATA para todos eles: “Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados **imediatamente** ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

e) CORRETA. Vide comentário da alternativa B, trata-se da literalidade do art. 301 do CPP: “Art. 301. **Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito**”.

Gabarito: E.

48. Quanto ao Inquérito policial e *notitia criminis*, marque a alternativa CORRETA.

- A) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. E nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.
- B) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, em qualquer hipótese, a autoridade policial deverá proceder à reprodução simulada dos fatos.
- D) É possível o indiciado ficar incomunicável, no entanto, sua incomunicabilidade, que não excederá a seis dias, dependerá de despacho do delegado nos autos do inquérito, comunicando, imediatamente, ao juiz.
- E) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto, mediante fiança.

COMENTÁRIO:

POLÍCIA CIVIL

Nossa questão aborda Inquérito policial e *notitia criminis*.

Analisemos as assertivas:

a) **CORRETA**. Literalidade do art. 20 do CPP:

“Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes”.

b) **INCORRETA**. A autoridade policial poderá, sim, realizar novas pesquisas: *“Art.18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.*

c) **INCORRETA**. A lei faculta, não obriga a autoridade policial: *“Art. 7º. Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública”.*

d) **INCORRETA**. Essa incomunicabilidade até é possível, mas de forma bem mais restrita (somente por 3 dias e por despacho do juiz). Veja:

“Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de 3 dias, será decretada por despacho fundamentado do juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do ministério público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da OAB”.

e) **INCORRETA**. Os prazos gerais são os seguintes: *“Art.10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela”.*

Gabarito: A

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

49. A lei denominada Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Com base na referida lei, marque a alternativa CORRETA.

- A) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor: o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; não podendo proibir, no entanto, o afastamento do agressor dos familiares da vítima.
- B) Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, desde que o agressor se negue a prestar depoimento, em um prazo de 48h (quarenta e oito horas), auxílio da força policial.
- C) Mesmo quando não for parte, o Ministério Público intervirá nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- D) O juiz criminal competente para julgar a violência doméstica, quando observar que o agressor subtraiu

indevidamente os bens da mulher, determinará o desmembramento do processo, e encaminhará ao juiz da Vara de Família, para que este juiz restitua os bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida.

- E) Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados deverão contar apenas com profissionais da área jurídica.

COMENTÁRIO:

Essa questão versa sobre a literalidade de alguns dispositivos da Lei nº 11.340/06.

a) INCORRETA. Essa proteção também abarca os familiares da vítima: “Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, **de seus familiares** e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;”

b) INCORRETA. Não há prazo para a requisição da força policial, que pode ser feita a qualquer momento: “Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: § 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, **poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.**”

c) CORRETA. É a literalidade do art. 25: “Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.”

d) INCORRETA. Não há que se falar em desmembramento, já que a violência patrimonial é uma espécie de violência doméstica:

“ Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, **subtração**, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, **para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.**”

e) INCORRETA. Esses profissionais devem ser multidisciplinares: “Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma **equipe de atendimento multidisciplinar**, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.”

Gabarito: C

50. NÃO se constitui abuso de autoridade:

- A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.

- B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- C) a inviolabilidade do domicílio, quando existir ordem judicial.
- D) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente, a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- E) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

COMENTÁRIO:

Como essa prova aconteceu em 2018, ela se baseou na antiga Lei de Abuso de Autoridade Lei nº 4.898/1965. A atual é a Lei nº 13.869 de 2019. Para não perdermos a oportunidade de estudo, vamos resolver a questão com base na lei vigente de forma adaptada, já que alguns dispositivos sofreram alterações de redação:

a) INCORRETA. O dispositivo correspondente é o art 9º da nova lei: “Art. 9º *Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa*”.

b) INCORRETA. O dispositivo correlato é o art. 13 da nova lei: “Art. 13. *Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: II - **submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei***”.

c) CORRETA. De fato, não há crime algum quando a invasão de um domicílio deriva de ordem judicial, pois é exceção constitucionalmente prevista:

“XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial**”.

O crime previsto na lei de abuso de autoridade é a invasão SEM autorização judicial:

“Art. 22. Invasão ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, **sem determinação judicial** ou fora das condições estabelecidas em lei: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.”

d) INCORRETA. Veja-se o dispositivo correlato na nova lei: “Art. 12. *Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem: I - deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;*”.

e) INCORRETA. Veja-se o dispositivo correspondente na nova lei: “Art. 9º *Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de: I - relaxar a prisão manifestamente ilegal*”.

Gabarito: C

51. A Lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes. Quanto ao que dispõe a referida lei, marque a alternativa CORRETA.

- A) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias,

quando em liberdade.

- B) O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, tão somente.
- C) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à seguinte pena: reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.
- D) Induzir, instigar ou auxiliar alguém a usar indevidamente droga não é considerado crime pela legislação pátria.
- E) A destruição das drogas apreendidas será executada pelo juiz competente no prazo de 10 (dez) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

COMENTÁRIO:

Essa questão cobra a literalidade de alguns dispositivos da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).

a) **CORRETA.** Trata-se da literalidade do art. 51 da Lei nº 11.343/06: *“Art. 51. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto”.*

b) **INCORRETA.** Não é somente essa a finalidade do Sisnad:

“Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.”

c) **INCORRETA.** A alternativa colocou a pena do tráfico ao mero consumo pessoal, previsto no art. 28 da Lei de Drogas.

As penalidades para o consumo pessoal são as seguintes:

*“Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, **para consumo pessoal**, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:*

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.”

d) **INCORRETA.** É crime punido com detenção e multa:

“Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.”

e) **INCORRETA.** Quem faz a destruição é o delegado de polícia e no prazo de 15 dias: *“§ 4º A destruição das drogas **será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.”***

Gabarito: A

52. Acerca do crime de tortura, marque a alternativa CORRETA.

- A) Constitui-se crime de tortura, somente quando causar dano psíquico a outrem.
- B) Caso o crime de tortura seja cometido por agente público, aumenta-se a pena de um terço à metade.
- C) Nas situações previstas em lei, no crime de tortura, o juiz poderá arbitrar fiança.
- D) Constitui-se crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- E) Em qualquer situação o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

COMENTÁRIO:

Questão literal sobre a Lei nº 9.455/97.

a) INCORRETA. Sofrimento mental também enseja a responsabilização por tortura: “Art. 1º Constitui crime de tortura: I - *constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental*”.

b) INCORRETA. O aumento é de $\frac{1}{6}$ a $\frac{1}{3}$: “§ 4º *Aumenta-se a pena de um sexto até um terço: I - se o crime é cometido por agente público;*”

c) INCORRETA. O crime de tortura é inafiançável por disposição expressa da CR/88 e da Lei de Tortura:

CR/88: “XLIII - *a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem*”.

Lei 9.455/97: “§ 6º *O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.*”

d) CORRETA. Esse crime está previsto no art. 1º, II: “Art. 1º Constitui crime de tortura:

II - *submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.*

Pena - reclusão, de dois a oito anos.”

e) INCORRETA. Nos casos de omissão, isso não se aplica: “§ 2º *Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.*

§7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.”

Gabarito: D

53. Quanto aos crimes contra a administração pública, é CORRETO afirmar que:

- A) Os atos de improbidade devem ser praticados somente por agentes públicos servidores, podendo ser da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

- C) Estão sujeitos às penalidades da Lei nº 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada.
- D) Não constitui ato de improbidade administrativa receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- E) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-ão, necessariamente, a multa e a pena restritiva de liberdade.

COMENTÁRIO:

Essa questão, além de ter sido anulada pela banca, está desatualizada, razão pela qual não é possível aproveitá-la.

Gabarito: Anulada.

54. Marque a alternativa CORRETA, tendo como base o Estatuto do Desarmamento:

- A) É possível a comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas, desde que o comerciante fique de posse da nota fiscal, com nome completo e endereço do adquirente.
- B) É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional para os integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.
- C) Compete à Polícia Federal, juntamente ao Ministério da Justiça, cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País.
- D) A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas pelo Estatuto do Desarmamento, observada a supervisão do Comando do Exército e da Polícia Federal.
- E) O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

COMENTÁRIO:

Questão literal sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).

- a) INCORRETA. Também depende de autorização do Sinarm: *“Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos: § 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.”*
- b) INCORRETA. Essas carreiras são excluídas da regra, logo seus integrantes podem portar, nos seguintes termos; *“Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria*

e para: X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.”

c) INCORRETA. O cadastro compete ao Sinarm: “Art. 2º Ao Sinarm compete: II – cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País”.

d) INCORRETA. Essa supervisão é feita pelo Ministério da Justiça: “Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, **observada a supervisão do Ministério da Justiça.**”

e) CORRETA. É exatamente o que dispõe o art. 5º: “Art. 5º O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.”

Gabarito: E

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

55. De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, marque a alternativa CORRETA.

- A) Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: custas dos serviços forenses.
- B) Cabe ao Estado explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, podendo editar medida provisória para a sua regulamentação.
- C) Compete ao Estado, privativamente, legislar sobre: direito penitenciário econômico e urbanístico.
- D) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Estado exercerá a competência legislativa suplementar para atender-lhe as peculiaridades.
- E) A lei federal sobre normas gerais não suspenderá a eficácia da lei estadual, no que esta lhe for contrária, se a lei federal for posterior à lei estadual.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos de competências constitucionais à luz da Constituição do Estado do Piauí (CE-PI).

Analisemos cada assertiva:

- a) Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: custas dos serviços forenses.

Correta, conforme o art. 14 da CE-PI, logo, é o nosso gabarito:

POLÍCIA CIVIL

Art. 14. Compete, ainda, ao Estado:

I - concorrentemente com a União, legislar sobre: (...)

d) custas dos serviços forenses

b) Cabe ao Estado explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, podendo editar medida provisória para a sua regulamentação.

Incorreta, pois a MP é vedada para esse caso, conforme o art. 25, §2º:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. (...)

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) Compete ao Estado, ~~privativamente~~, legislar sobre: direito penitenciário econômico e urbanístico.

Incorreta, pois essa competência é concorrente, nos termos do art. 14, I, a:

Art. 14. Compete, ainda, ao Estado:

I - concorrentemente com a União, legislar sobre:

a) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Estado exercerá a competência legislativa ~~suplementar~~ para atender-lhe as peculiaridades.

Incorreta, pois, na ausência de lei federal geral, a competência estadual é plena, conforme art. 14, §2º:

Art. 14. Compete, ainda, ao Estado: (...)

§ 2º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Estado exercerá a competência legislativa plena para atender-lhe as peculiaridades.

e) A lei federal sobre normas gerais ~~não~~ suspenderá a eficácia da lei estadual, no que esta lhe for contrária, se a lei federal for posterior à lei estadual.

Incorreta, pois ocorrerá a suspensão, conforme o art. 14, §3º:

Art. 14. Compete, ainda, ao Estado: (...)

§ 3º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspenderá a eficácia da lei estadual, no que esta lhe for contrária.

Gabarito: A

56. Marque a alternativa CORRETA, tendo como suporte a Constituição do Estado do Piauí:

- A) O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse e prestarão compromisso perante a Câmara dos Deputados e Câmara de Vereadores em sessão conjunta.
- B) Vagando os cargos de Prefeito e Vice- Prefeito, far-se-á eleição, 120 (cento e vinte) dias depois de aberta a última vaga.
- C) São válidos, em qualquer tempo, os atos administrativos do Prefeito que impliquem o reajuste de salários e vencimentos do funcionalismo público municipal.
- D) É perfeitamente permitida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal e de suas entidades da administração autárquica e fundacional, no período de 180 (cento e oitenta) dias que precede a posse do Prefeito.
- E) Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos de disposições sobre a organização municipal, à luz da Constituição do Estado do Piauí (CE-PI).

Analisemos cada assertiva:

a) O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse e prestarão compromisso perante a ~~Câmara dos Deputados~~ e Câmara de Vereadores ~~em sessão conjunta~~.

Incorreta. O correto é perante a Câmara de Vereadores, somente, conforme o art. 24:

Art. 24. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse e prestarão compromisso perante a Câmara Municipal.

b) Vagando os cargos de Prefeito e Vice- Prefeito, far-se-á eleição, ~~120 (cento e vinte) dias~~ depois de aberta a última vaga.

Errada. O correto é 90 dias, nos termos do art. 26, §1º:

Art. 26. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição, noventa dias depois de aberta a última vaga.

c) ~~São válidos, em qualquer tempo~~, os atos administrativos do Prefeito que impliquem o reajuste de salários e vencimentos do funcionalismo público municipal.

Errada. Referidos atos serão nulos no período de 90 dias antes da posse do Prefeito, conforme art, 27, II:

POLÍCIA CIVIL

Art. 27. No período de noventa dias antes da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos, serão nulos os atos administrativos que impliquem: (...)

II - reajuste de salários e vencimentos do funcionalismo público municipal.

d) ~~É perfeitamente permitida~~ a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal e de suas entidades da administração autárquica e fundacional, no período de 180 (cento e oitenta) dias que precede a posse do Prefeito. Errada. É proibida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal e de suas entidades da administração autárquica e fundacional no período de cento e oitenta dias que precede a posse do Prefeito, conforme art. 27-A, §2º:

Art. 27-A. A alienação de bens imóveis dos Municípios e de suas entidades da administração indireta dependerá: (...)

§ 2º É proibida a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal e de suas entidades da administração autárquica e fundacional no período de cento e oitenta dias que precede a posse do Prefeito.

e) Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

Correta. É a literalidade do art. 26 e o nosso gabarito:

Art. 26. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Municipal.

Gabarito: E

57. Conforme a Constituição do Estado do Piauí, marque a alternativa INCORRETA.

- A) O Estado intervirá no Município, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- B) Cessados os motivos da intervenção ou findo o prazo legal, a autoridade afastada reassumirá suas funções, salvo a hipótese de impedimento legal.
- C) O Estado intervirá no Município, quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- D) O Estado intervirá no Município, quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- E) A intervenção no Município de território federal dar-se-á por decreto do Presidente da República.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos de intervenção, à luz da Constituição do Estado do Piauí (CE-PI).

A banca quer a alternativa INCORRETA. Analisemos cada assertiva:

a) O Estado intervirá no Município, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

Correta. É o que diz o inc. I do art. 36:

Art. 36. O estado não intervirá no Município, exceto quando:

I- deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

b) Cessados os motivos da intervenção ou findo o prazo legal, a autoridade afastada reassumirá suas funções, salvo a hipótese de impedimento legal.

Correta, nos termos do art. 37, §3º:

Art. 37. A intervenção no Município dar-se-á por decreto do Governador, observado o seguinte procedimento: (...)

§ 3º Cessados os motivos da intervenção ou findo o prazo legal, a autoridade afastada reassumirá suas funções, salvo a hipótese de impedimento legal.

c) O Estado intervirá no Município, quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.

Correta, conforme art. 36, II:

Art. 36. O estado não intervirá no Município, exceto quando: (...)

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.

d) O Estado intervirá no Município, quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Correta, conforme art. 37, III:

Art. 37. A intervenção no Município dar-se-á por decreto do Governador, observado o seguinte procedimento: (...)

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

e) A intervenção no Município de território federal dar-se-á por decreto do Presidente da República.

Correta, conforme arts. 35 e 84, X da CF/88:

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: (...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

X - decretar e executar a intervenção federal

Entretanto, apesar de estar em conformidade com a Constituição Federal, esse trecho não está previsto na Constituição Estadual do Piauí. Muito provavelmente por causa dessa confusão pleiteou-se a anulação da questão. Assim, a questão foi anulada, pois não há alternativa incorreta.

Gabarito: Anulada

58. Acerca do regime jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, marque a alternativa CORRETA:

- A) Devidamente assistido, o maior de 16 (dezesseis) anos, poderá ser investido em cargo público em qualquer situação.
- B) O servidor público estadual que possuir dependente com deficiência física, sensorial ou mental, quando comprovada por junta médica oficial, terá jornada de trabalho em regime de compensação.
- C) Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, independentemente de compensação de horário na repartição.
- D) São requisitos básicos para a investidura em cargo público, dentre eles, a aptidão física e mental.
- E) Sem qualquer prejuízo e considerado de efetivo exercício, poderá o servidor ausentar-se do serviço por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de: casamento ou no caso do falecimento do cônjuge ou companheiro.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos do regime jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí (Lei Complementar nº 13/94).

Analisemos cada opção:

a) Devidamente assistido, o maior de 16 (dezesseis) anos, ~~podará ser investido em cargo público em qualquer situação.~~
Errada. Nos termos do art. 6º, V, a idade mínima é 18 anos:

Art. 6º- São requisitos básicos para a investidura em cargo público:
I-a nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei federal;
II-o gozo dos direitos políticos;
III-a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV-o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V-a idade mínima de dezoito anos;
VI-aptidão física e mental.

b) O servidor público estadual que possuir dependente com deficiência física, sensorial ou mental, quando comprovada por junta médica oficial, terá jornada de trabalho ~~em regime de compensação.~~

Errada. O art. 107, §2º, diz que a redução será independente de compensação:

Art. 107-Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. (...)

§2º- O servidor público estadual que possuir dependente portador de deficiência física, sensorial ou mental, quando comprovada por junta médica oficial, terá carga horária reduzida à metade, independentemente de compensação de horário.

c) Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, ~~independentemente~~ de compensação de horário na repartição.

Errada. O art. 107, §1º, diz que, nesse caso, será exigida a compensação. Cuidado para não confundir as hipóteses dos §§1º e 2º do art. 107, tratadas na alternativa anterior. Vejamos:

Art. 107-Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º-Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho

d) São requisitos básicos para a investidura em cargo público, dentre eles, a aptidão física e mental.

Correta. É o nosso **gabarito**, pois reflete fielmente o art. 6º, VI. Aproveite para reforçar os demais requisitos com uma leitura atenta:

Art. 6º- São requisitos básicos para a investidura em cargo público:

I-a nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei federal;

II-o gozo dos direitos políticos;

III-a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV-o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V-a idade mínima de dezoito anos;

VI-aptidão física e mental.

e) Sem qualquer prejuízo e considerado de efetivo exercício, poderá o servidor ausentar-se do serviço por ~~5 (cinco)~~ dias consecutivos em razão de: casamento ou no caso do falecimento do cônjuge ou companheiro.

Errado. O tempo de afastamento para casamento ou no caso do falecimento do cônjuge ou companheiro é de 8 dias consecutivos, conforme art. 106, III, "a" e "b":

Art. 106-Sem qualquer prejuízo e considerado de efetivo exercício, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

POLÍCIA CIVIL

I-por 1(um) dia, para doação de sangue;
II-por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;
III-por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:
a)casamento;
b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos ou pessoas que vivem sob sua dependência econômica.

Gabarito: D

59. Dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí sobre as carreiras policiais. É CORRETO afirmar que:

- A) A Polícia Judiciária compõe-se de polícia civil e de polícia técnico-científico.
- B) São cargos da polícia judiciária: perito médico-legal, perito odonto-legal, delegado de polícia, escrivães e agente de polícia.
- C) A Polícia Civil é constituída pelos seguintes cargos: delegado de polícia; perito médico- legal, perito odonto-legal, perito criminal, escrivão de polícia, agente de polícia e perito papiloscopista policial.
- D) Ao delegado de polícia de carreira compete a direção da polícia judiciária, a ele ficando subordinados hierarquicamente os escrivães, os agentes de polícia e o perito papiloscopista policial.
- E) O Diretor da polícia técnico-científica fica subordinado diretamente ao Governador do Estado.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos da LC nº 37/2004 - Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí.

Analisemos cada opção:

a) A Polícia Judiciária compõe-se de polícia civil e de polícia técnico-científico.

Errado. A Polícia Civil compõe-se de polícia judiciária e de polícia técnico-científica:

Art. 9º A Polícia Civil compõe-se de polícia judiciária e de polícia técnico-científico.

b) São cargos da polícia judiciária: perito médico-legal, perito odonto-legal, delegado de polícia, escrivães e agente de polícia.

Errado. Os cargos de perito médico-legal e perito odonto-legal eram da polícia técnico-científico, porém a nomenclatura foi alterada pela Lei nº 6.946/2017 e, a partir de então, os nomes são perito médico-legista, perito odonto-legista e não há mais o cargo de perito papiloscopista policial. Veja-se a nova redação do dispositivo correspondente:

Art. 11 (...)

Parágrafo Único Os cargos da polícia técnico-científica são:

I - perito médico-legista;

I - perito médico-legal;

II - perito odonto-legista;

POLÍCIA CIVIL

II - perito odonto-legal;
III - perito criminal;
~~IV - perito papiloscopista policial.~~ (grifo nosso)

Além da desatualização, a questão erra ao dizer que referidos cargos são da polícia judiciária – apenas delegado, escrivão e agente o são.

c) A Polícia Civil é constituída pelos seguintes cargos: delegado de polícia; perito médico-legal, perito odonto-legal, perito criminal, escrivão de polícia, agente de polícia e ~~perito papiloscopista policial~~.

A questão estaria correta na antiga redação, antes da Lei nº 6.946/2017, que alterou os nomes para perito médico-legista, perito odonto-legista e excluiu o cargo de perito papiloscopista policial (art. 11, § único), portanto, está errada:

Art. 10 (...)
Parágrafo Único Os cargos da polícia judiciária são:
I - delegado de polícia;
II - escrivão de polícia;
III - agente de polícia.
Art. 11 (...)
Parágrafo Único Os cargos da polícia técnico-científica são:
I - perito médico-legista;
~~I - perito médico-legal;~~
II - perito odonto-legista;
~~II - perito odonto-legal;~~
III - perito criminal;
~~IV - perito papiloscopista policial.~~ (grifo nosso)

d) Ao delegado de polícia de carreira compete a direção da polícia judiciária, a ele ficando subordinados hierarquicamente os escrivães, os agentes de polícia e o ~~perito papiloscopista policial~~.

Errado. O papiloscopista não é subordinado ao delegado:

Art. 12 Ao delegado de polícia de carreira compete a direção da polícia judiciária, a ele ficando subordinados hierarquicamente os escrivães e os agentes de polícia.

Ademais, o cargo de papiloscopista foi extinto, conforme comentários anteriores.

e) O Diretor da polícia técnico-científica fica subordinado diretamente ao ~~Governador do Estado~~.

Errado. O Diretor da polícia técnico-científica fica subordinado diretamente ao Delegado-Geral:

Art. 13 (...)
Parágrafo Único O Diretor da polícia técnico-científica fica subordinado diretamente ao Delegado-Geral.

POLÍCIA CIVIL

Atenção! No momento em que é feito este comentário, há um movimento político-institucional para a alteração do Estatuto para unificar os cargos de escrivão e de agente, tornando-os Oficial Investigador. De todo modo, a questão foi devidamente anulada, pois não há resposta correta.

Gabarito: Anulada

60. Marque a alternativa CORRETA de acordo com Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí.

- A) O policial removido de ofício ou a pedido fará jus a ajuda de custo.
- B) A remoção de ofício do policial, salvo imperiosa necessidade do serviço, devidamente justificada só poderá ser efetivada após 1 (um) ano, no mínimo de exercício em cada localidade.
- C) O policial civil inativo terá direito à identidade policial, com cor diferenciada, em que conste sua condição de inativo, não lhe sendo assegurado o direito ao porte de arma.
- D) É permitido ao policial civil deixar de portar sua credencial oficial, quando não se encontra em serviço. Deve portar sempre a identidade funcional, uma vez que a falta da funcional em serviço será punida administrativamente com suspensão.
- E) Preso provisoriamente, o policial civil, enquanto não perder a condição de servidor, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

COMENTÁRIO:

Questão sobre a LC nº 37/2004 - Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí.

Vejam cada opção dada:

- a) O policial removido de ofício ~~ou a pedido~~ fará jus a ajuda de custo.

Errada. Quando a pedido, não haverá ajuda de custo, nos termos do art. 50, §1º:

Art. 50 O policial poderá ser removido:

I - de ofício;

II - a pedido.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, o policial não fará jus a ajuda de custo.

- b) A remoção de ofício do policial, salvo imperiosa necessidade do serviço, devidamente justificada só poderá ser efetivada após ~~1 (um) ano~~, no mínimo de exercício em cada localidade.

Errada, é após 2 anos, nos termos do art. 50, §2º:

Art. 50. (...)

§ 2º A remoção de ofício do policial, salvo imperiosa necessidade do serviço, devidamente justificada só poderá ser efetivada após 2 (dois) anos, no mínimo de exercício em cada localidade.

POLÍCIA CIVIL

c) O policial civil inativo terá direito à identidade policial, com cor diferenciada, em que conste sua condição de inativo, ~~não-lhe~~ sendo assegurado o direito ao porte de arma.

Errada, pois é assegurado o direito ao porte de arma, nos termos do art. 55:

Art. 55 O policial civil inativo terá direito à identidade policial, com cor diferenciada, em que conste sua condição de inativo, assegurado-lhe o direito ao porte de arma.

d) É ~~permitido~~ ao policial civil deixar de portar sua credencial oficial, quando não encontra-se em serviço. Deve portar sempre a identidade funcional, uma vez que a falta da funcional em serviço será punida administrativamente com suspensão.

Errada, pois a conduta é proibida, nos termos do art. 58:

Art. 58 Ao policial civil é proibido:

(...)

III - deixar de portar sua credencial oficial, estando ou não em serviço;

e) Preso provisoriamente, o policial civil, enquanto não perder a condição de servidor, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

Correta. Reflete fielmente o art. 51:

Art. 51 Preso provisoriamente, o policial civil, enquanto não perder a condição de servidor, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

Gabarito: E

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

